

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SILVA JÚNIOR, Hédio . Hédio Silva Júnior (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 0min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Hédio Silva Júnior
(depoimento, 2003)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 21/07/2003

Duração: 3h 0min

Arquivo digital - vídeo: 3; Fita cassete: 4; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por sua atuação no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do estado de São Paulo e como presidente da Convenção Nacional do Negro realizada em Brasília.

Temas: Advocacia; Direito; Direitos humanos; Discriminação racial; Esquerda; Estado e sociedade; Família; Movimento negro; Movimento sindical; Negros; Racismo; São Paulo;

Sumário

Entrevista: 21.07.2003

FITA 1-A: Origem familiar; comentários sobre a trajetória do pai; lembranças da vida em São José dos Campos; posição dos pais em relação ao preconceito racial; relato da primeira experiência de discriminação racial; início da militância no movimento negro: o Movimento Sócio-Cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos (1979).

FITA 1-B: Atuação no Movimento Sócio-Cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos; breves informações sobre o jornal do Movimento Negro Unificado - MNU; da trajetória profissional; a participação no surgimento do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (1982); informações sobre as leituras feitas pelos grupos do movimento negro; mudança para São Paulo: o trabalho no Conselho da Comunidade Negra (1986); a rápida passagem pelo MNU e o relato do Encontro Nacional "O Negro e a Constituição", em Brasília (1986); longo debate sobre a criminalização do racismo.

FITA 2-A: Debate sobre os limites da criminalização do racismo; considerações sobre a participação do movimento negro nos órgãos do Estado; informações sobre a criação do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade - CEERT (1990); breves considerações sobre o surgimento do Festival Comunitário Negro Zumbi - Feconezu; problemas enfrentados no Conselho da Comunidade Negra de São Paulo; perfil dos principais líderes do movimento negro pós-ruptura com a esquerda; longos comentários sobre o racismo dentro do próprio movimento negro; balanço da atuação do movimento negro no Brasil; debate sobre as políticas públicas de ação afirmativa; a opção pela faculdade de Direito; a atuação como advogado da causa negra: o cargo de presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo.

FITA 3-A: Comentários sobre a origem da ação afirmativa no Brasil; a experiência como professor na Academia de Polícia Civil (1998/99); discussão sobre o conceito de entidade negra; considerações acerca dos desafios do movimento negro; observações sobre a Coordenação Nacional de Entidades Negras - Conen; breve discussão sobre a reação dos brancos em relação à ação afirmativa.

FITA 3-B: Debate sobre os brancos e a ação afirmativa; relato da preparação do relatório para a Conferência de Durban e o rompimento do entrevistado com o grupo governamental (2001); opinião sobre a lei 10.639; avaliação da atuação do movimento negro ao longo das décadas.

FITA 4-A: Avaliação da atuação do movimento negro ao longo das décadas.

Entrevista: 21.07.2004

Verena Alberti – O nosso interesse aqui é fazer um registro da trajetória dos líderes do movimento negro no Brasil e entender como que eles se tornaram líderes. E aí, a gente gostaria de saber um pouco sobre a sua formação mesmo, o início de sua vida. Aqui a gente já tem o nome de seus pais, Hédio Silva e Terezinha Aparecida Silva. O senhor nasceu em Três Corações, Minas Gerais. Mas logo cedo, pelo jeito, foi para São José dos Campos, porque a gente já tem aqui o primeiro grau e a escola técnica em São José dos Campos, em São Paulo. A gente queria entender um pouco como era a sua família, o que seus pais faziam, se o senhor tinha irmãos, se foi para São José, por que motivos, por que saiu de Três Corações...

Hédio Silva – Meus pais são de Minas, meus irmãos também. É uma família mineira. Meu pai é daquela leva de imigração de Minas para a região do Vale do Paraíba no Estado de São Paulo, e vai, no final dos anos 1950 e início dos 60, tentar a vida nas metalúrgicas que estão se instalando então em São José dos Campos. Meu pai é negro e minha mãe aparentemente branca. Branca, mas enfim, com uma avó negra e também com índio e bisavô português... Aparentemente branca, digamos assim, e eles vão então em 1964, 65... Eu sou o filho mais velho, meu irmão Edimar é dois anos mais novo e Edna, que é minha irmã, é seis anos mais nova.

V.A. – O senhor nasceu em 1961, não é?

H.S. – Nasci em 1961.

V.A. – 24 de junho de 1961.

H.S. – 24 de junho de 1961. Meu pai vai entrar na indústria metalúrgica, vai trabalhar na General Motors. É o sonho, digamos assim, de todo mineiro que migrava para São José dos Campos, era se tornar um metalúrgico.

V.A. – Como é que ele conseguiu o contato? Já tinha gente morando em São José?

H.S. – Foi mesmo parte de um fluxo. Na verdade eu nunca li, nunca estudei, nunca me detive nisso, mas percebe-se que foi um fluxo migratório de pessoas que moravam no sul de Minas e, pela proximidade geográfica, vão para o Vale do Paraíba para tentar melhorar de vida, digamos assim. Sobretudo o sonho era ter um emprego em uma grande indústria e no caso dele, ele foi o primeiro, depois meus tios, que eram irmãos mais jovens, acabaram também acompanhando essa coisa por conta da ida dele. Ele foi um pouco o desbravador. Depois outros irmãos também vão de Três Corações para São José dos Campos. Minha mãe inclusive, pela saúde frágil histórica dela, teve um histórico de saúde muito frágil, sempre ficou em casa e não chegou a trabalhar fora de casa.

V.A. – Eram três irmãos. O senhor...

H.S. – Eu, Edimar e Edna. Mas, muito embora, quando eles tenham ido, eu era o único, mas sempre quando ia nascer alguém, os meus avós faziam questão que minha mãe voltasse para Minas. Então todos nós nascemos em Três Corações. Meu pai então vai se tornar um operário da General Motors.

V.A. – Fazia o quê?

H.S. – Como operário... na verdade ele não tinha nenhuma qualificação. Peão, como eles diziam e ainda dizem. E vai trabalhar durante três anos na General Motors e vai ter um problema, que foi um problema de uma ofensa racial. E por conta dessa ofensa ele agride um desses chefes, um superior que faz esse comentário ofensivo e ele então é demitido.

V.A. – E qual foi a ofensa?

H.S. – Foi uma brincadeira, alguma coisa com o uso da palavra macaco, uma coisa desse tipo que ele se sente ofendido e reage.

V.A. – Reage fisicamente...

H.S. – Violentamente, e é demitido por conta disso. Esse fato é significativo porque isso vai mudar um pouco a trajetória profissional dele. Depois disso ele vai se tornar o que se chamava “peão-de-obra”. Então ele vai ficar trabalhando com vínculo precário com essas empresas, em geral, da área de construção civil e vai começar a viajar por vários lugares. Onde havia obra ele ia. Mas quando ele vai, o sonho era ter um emprego e ter uma estabilidade que representava essas grandes indústrias, as montadoras de carro que vão se instalar no Vale do Paraíba paulista. É um pouco nesse movimento é que a gente sai de Minas para São José dos Campos.

V.A. – E o senhor vai então com três anos?

H.S. – Três anos. A maior parte nós morávamos em um bairro periférico, ainda hoje o bairro mais periférico de São José dos Campos. Dista 11 Km do Centro da cidade, e foi onde a gente foi criado. Eu saí de lá com 25 anos para São Paulo. Era basicamente um bairro proletário, basicamente de operários que trabalhavam nessas grandes empresas. Depois começa a se instalar a indústria de guerra. A INGESA, que é a fabricante de tanque de guerras, algumas indústrias eletrônicas, a Erickson, que era uma empresa de telefonia... Então esse bairro era um bairro em que moravam fundamentalmente empregados desse tipo de indústria que estavam instaladas próximas. E era um bairro que não tinha um número expressivo, não era tão grandioso, mas era um bairro que tinha uma presença significativa de negros. E eu desde a infância, o meu primeiro amigo, que eu digo que ele é hoje o meu mais velho amigo, porque eu tenho 43 anos e eu o conheci eu tinha 7 anos, então a nossa amizade tem 36 anos.

V.A. – E ele é negro?

H.S. – É negro, e nós vamos fazer toda uma trajetória, construir uma amizade que está aí até hoje.

V.A. – Isso é muito bom. Ontem mesmo foi o dia do amigo. Eu nem sabia que existia, ontem... [Interrupção] ... Consciência racial? Já que ele reage diante de uma atitude de racismo, ele tinha uma certa consciência. Como é que você vê essa...

H.S. – É, meu pai tinha o discurso que depois eu localizei, digamos assim, com frequência em relatos de pessoas, de amigos, de militantes... que era o discurso que tinha um componente racial implícito, porque ele dizia para nós, ele me dizia... Eu fui o primeiro neto e meus avós paternos, com quem eu tinha uma relação muito próxima, sobretudo o meu avô e meu pai, eles me diziam então que eu tinha que ser melhor do que os brancos. Então é um pouco o discurso do enfrentamento, a forma como ele tinha a coisa do enfrentamento do racismo tinha um componente racista na verdade, mas que era a forma... Hoje eu localizo que era um componente racista, que é um componente de dizer que nós tínhamos que ter um *plus* de competência a mais, porque era essa a única forma, ou possivelmente a forma que ele entendia que nos permitiria conquistar espaço social. Então ele dizia... me lembro de um diálogo apenas em que a gente fala um pouco mais abertamente sobre isso.

V.A. – O senhor e seu pai?

H.S. – Eu e meu pai. Minha mãe não. Ela vivia uma experiência muito frequente que era muito dolorosa para ela, que era as pessoas a indagarem sobre se nós seríamos adotados. E era alguma coisa que, em geral, a magoava muito quando as pessoas perguntavam para ela se nós éramos filhos adotivos. Eu me lembro de várias passagens em que ela falava sobre isso com muita emoção. E de outra parte ela dizia: “Vocês são negros lindos. Vocês são muito bonitos...” Ela se preocupava... Meu pai tinha mais a coisa do desempenho no espaço público, da disputa, da concorrência e a afirmação pela competência, digamos assim. E a minha mãe tinha mais a coisa da constituição da gente, a relação com o corpo... Eu me lembro dela dizendo muito frequentemente: “Vocês são negros lindos...” Mas vinha dessa forma. E o que é interessante é que eu entrei para a militância com 18 anos, meu pai vai se posicionar contrariamente, mas muito mais com medo da coisa da repressão, isso foi em 1979, em que a memória da repressão ainda estava muito viva, um país ainda ensaiando a mudança de regime político etc. E ele havia sido militar, ele tinha saído, tinha se desengajado um pouco antes, na verdade, do Golpe de 1964. Então ele era muito preocupado com isso. Já minha mãe não. Minha mãe deu total apoio quando eu fui para o movimento negro. Ela disse: “Que legal.”

Então de fato, a forma como ambos lidavam com isso em casa era diferente, com linguagens diferentes, com graus diferentes de explicitação. Muito embora, eu me lembro de uma passagem que foi, certamente, a experiência mais dolorosa que eu tive de discriminação

racial, foi uma experiência direta e explícita, porque esse meu amigo que foi meu primeiro amigo, na escola foi a primeira figura com quem eu me identifiquei, a gente fez a trajetória escolar mais ou menos juntos. E nós éramos, muito embora fosse um bairro proletário, nós éramos sempre os dois negros da sala de aula. Havia mais, em geral havia um ou outro, mas nós éramos os dois e nós ficávamos juntos. Mais tarde nós criamos um bloco carnavalesco juntos, que eu era o apitador e ele era uma espécie de gerente lá... Tinha o Grêmio que a turma dizia que era uma espécie de dinastia, porque em uma gestão eu era o presidente do Grêmio Estudantil e ele era o vice, e na outra ele era o presidente e eu assumia...

E teve um furto na direção da escola e a professora, que era a professora que eu mais gostava porque sempre gostei muito, até hoje eu tenho paixão pela palavra, e ela era professora de português. Ela disse abertamente em sala de aula que não queria acusar ninguém, mas que ela desconfiava que eu e esse meu amigo teríamos sido os autores desse furto. Enfim, aquilo foi absolutamente doloroso, eu tinha 12 anos, ele é três anos mais velho que eu, tinha 15 anos. E meu pai ficou absolutamente indignado com aquela situação e chegou a ir lá falar com ela. Mas mesmo alguma experiência, sobretudo essa experiência que foi uma experiência muito dolorosa, em casa isso não resultou em um diálogo mais aberto sobre o racismo. Fundamentalmente o que meu pai dizia era que nós tínhamos que ser, que eu tinha que ser melhor do que os brancos. A coisa da competição e de ter um *plus* de competência capaz de me permitir transitar socialmente.

V.A. – Agora, o episódio da demissão dele não repercutiu dentro de casa conversas?

H.S. – Na verdade a motivação eu soube há muito pouco tempo atrás. À época ele não disse por que ele havia sido demitido. Porque na verdade a imagem que nós tínhamos era que ele era um cara respeitado, um cara querido na empresa em que subitamente é demitido. Isso nunca ficou muito explícito. Isso foi ficar explícito agora, pouco tempo atrás. Porque também depois ele acabou abandonando a família e ficou muito tempo fora, e a gente só voltou a se encontrar alguns anos atrás.

V.A. – Quando o senhor entrou na militância com 18 anos o senhor tinha contato com ele?

H.S. – Ele ainda estava. Ele sai dois, três anos depois.

Amilcar Pereira – Vê se eu estou enganado: o senhor começou na militância com 18 anos e vai para São Paulo com 25.

H.S. – É.

A.P. – Então essa militância é em São José dos Campos?

H.S. – É.

A.P. – E como se dá essa militância?

H.S. – Três fatores colaboraram para isso. O primeiro é que há um tio que é nove anos mais velho que eu, que durante muito tempo foi meu super-herói. E nós íamos passar as férias de verão e de inverno em Minas.

V.A. – Irmão do seu pai?

H.S. – Esse cara é irmão do meu pai. O Jorge. E ele então era um pouco o meu herói. Ele que me ensinou a andar de bicicleta, a nadar, aquelas coisas... E com 12 anos mais ou menos eu encontrei – eu ficava fuçando as coisas dele, eu queria ser ele. Eu encontrei um livro que era uma biografia do Martin Luther King, que ele havia lido. Eu tinha 12 anos... 1974, 73 mais ou menos eu encontro esse livro e eu fiquei encantado com aquilo. Era uma biografia muito ilustrada, com muitas fotos e eu li o livro.

V.A. – Isso lá em Três Corações?

H.S. – Lá em Três Corações, durante umas férias lá. Eu li o livro e fiquei com aquilo na cabeça: “Que legal que nos Estados Unidos tinha uma negrada que ficava junto...” E essa figura... A biografia falava muito também sobre a mulher do Martin Luther King, a Coreta, a família, a trajetória dele. Este fato foi, um pouco, digamos assim, um *start* em termos de elaboração mesmo, de começar a elaborar, de começar a racionalizar experiências que

obviamente nós vivenciávamos no cotidiano com as piadas, com a convivência com os colegas, e também em situações de conflito, com a coisa do macaco, com as ofensas que tinham um componente racial explícito. Então tem esse episódio desse livro, e o pai desse meu primeiro amigo havia sido militante de esquerda na CSN em Volta Redonda. E havia ido para São José, ao contrário do meu pai, que foi para lá para tentar uma vida melhor, ele havia ido para lá para fugir da Ditadura Militar. Mas é um comunista até hoje. Está lá o senhor Paulinho.

V.A. – Como é que é o nome dele?

H.S. – Paulo Lelis.

V.A. – E ele trabalhava na CSN?

H.S. – É. E tinha tido problemas com a ditadura e foi para São José para escapar da perseguição.

V.A. – Por isso que o senhor só conheceu seu amigo aos 10 anos, porque foi nesse momento que o menino chegou em São José, não?

H.S. – Mais ou menos, mas de fato ele é três anos mais velho do que eu, mas entrou na escola com 10 anos e eu entrei com 7 anos, exatamente porque ele sai sem a papelada, enfim, eles vão para lá e não tinham como provar que ele havia feito as três primeiras séries e ele volta para o primeiro ano, mesmo tendo 10 anos. E o senhor Paulinho era um cara que, de vez em quando, dava um toque para a gente das coisas. Era um comunista negro que de vez em quando dava uns toques para a gente. Eu me lembro de um episódio de uma época em que eu fiquei apaixonado por camisas que reproduziam insígnias militares das forças armadas norte-americanas, por exemplo. Estava na moda e eu queria ter uma camisa daquela. E aí ele me deu um toque sobre os Estados Unidos, sobre o imperialismo: “Eles querem mandar no mundo... a Guerra Fria...” E ele falou sobre o comunismo, que seria um outro regime político... Então o senhor Paulinho foi um pouco o guru que, de alguma forma, me despertou – eu tinha 15 anos, adolescente – que me despertou para uma... ajudava a gente a pensar

criticamente as relações, não especificamente a questão do racismo, mas pensar criticamente a sociedade, a história da exploração do trabalho. É um pouco o cara que vai engajar mais a mim do que o próprio filho, porque eu me tornei um militante e o filho não. Mas o fato é que eu fui mais seduzido pela pregação comunista que o senhor Paulinho fazia com a gente. E essa minha experiência com o Paulinho, a gente tinha uma amizade muito próxima, muito sólida, a gente fazia quase tudo juntos, quase todos os dias a gente estava quase o tempo todo juntos, enfim, por alguma razão, talvez como reflexo da leitura desse livro, a gente às vezes falava que a gente tinha que criar um grupo preto no nosso bairro. Enfim, era uma coisa assim: “Tem que ter um grupo de preto, os pretos têm que estar juntos...” E a referência que eu fazia era sempre a referência do que eu pude aprender aos 12 anos lendo uma biografia do Martin Luther King.

V.A. – O senhor chegou a falar com o seu tio sobre essa biografia?

H.S. – Não.

V.A. – Também não se falava?

H.S. – Não. Na família não havia diálogo explícito, aberto sobre o problema do racismo. Nunca houve. Eu tinha 18 anos, um pouco menos, e eu estava procurando emprego, e era um ponto...

V.A. – O senhor já tinha feito o Colégio Técnico Industrial?

H.S. – Estava terminando e era muito cedo, aquele horário que a gente sabia que quem estava no ponto de ônibus estava procurando emprego. E tinha um cara negro e a gente ficou ali, e a gente se cumprimentou – isso é uma coisa que ainda hoje eu acho que é muito frequente, em geral quando se cruzam os negros as pessoas se cumprimentam, as pessoas se reconhecem, se cumprimentam, sobretudo se é em um espaço que não é um espaço de grande frequência, em que a presença negra seja algo, digamos, tida como natural. Digamos, nos corredores da universidade, aeroporto... você cruza com um negro, as pessoas se reconhecem. Enfim, a gente falou: “Oi.” E ele me deu um jornalzinho cujo nome era *Pixaim*, de uma organização

negra chamada Movimento Sócio-Cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos. E aí eu me lembro que eu fiz logo uma crítica a ele: “Vocês precisam trabalhar mais para divulgar mais o movimento, as pessoas não conhecem.” Ele disse: “Pois é, quem sabe você possa ajudar a gente a divulgar...” Eu fui e estou lá até hoje. Então, o engajamento mesmo foi depois que eu tomo contato com esse grupo e aí vou... É um fato que marca a minha vida.

V.A. – Esse grupo fazia reuniões?

H.S. – É. Basicamente. Eu me lembro que logo depois teve uma manifestação de rua porque um garoto negro havia sido discriminado em um shopping, na verdade era um pequeno shopping que havia lá, e um garoto negro foi discriminado nesse shopping e o grupo organizou uma manifestação pública em frente ao shopping. Mas o grupo basicamente fazia reuniões para discutir o problema do racismo, para fazer leituras de textos, era mesmo um grupo de reflexão e articulação com grupos de outros lugares: São Paulo, outras cidades do interior de São Paulo. Tinha um grupo de teatro, quase todas as organizações que eu conheço dessa época tinham um grupo de teatro que reproduziam peças que falavam sobre a escravidão, ou então um monólogo muito interessante que um amigo fazia do *Navio Negreiro*. Então esse grupo era um grupo pequeno, um grupo que tinha... Vocês imaginam: as reuniões eram realizadas aos sábados à noite. Você precisava ter disposição para fazer militância. Então o grupo se reunia sábado à noite, e a frequência era de 15 a 20 pessoas, mais ou menos. E por essa porta que eu vou entrar para a militância do movimento negro.

V.A. – E aonde se reuniam?

H.S. – Na Câmara de Vereadores. Havia um dos membros que era um vereador, que apoiava, na verdade ele era um comunista, o João Bosco da Silva, que era vereador. Ele era um comunista que, na verdade, tinha uma militância clandestina, eles estavam abrigados à época no MDB, então ele viabilizava esse espaço da Câmara.

V.A. – E ele era negro?

H.S. – Negro. Mas aí logo depois a gente arrumou um espaço próprio, e alugamos um galpão, um lugar onde a gente se reunia.

V.A. – Isso foi em 1979 mais ou menos então?

H.S. – É. 1979, 80.

V.A. – E o senhor sabe há quanto tempo essa organização já existia?

H.S. – Um ano. Ela nasceu em 1978.

V.A. – Quem eram as pessoas que tinham começado além do João Bosco provavelmente?

H.S. – O João Bosco foi uma figura que teve um papel, havia um outro cara que também era ligado ao Partido Comunista, que era o Olegário, que era um petrolheiro que depois acabou... Ele era enfermeiro na verdade. Ele era um dos poucos caras que tinha formação superior, tinha feito faculdade. Mas depois soube que mudou, fez Odontologia e hoje não milita mais, segundo as informações que eu tenho. Tinha a Ilma, que era uma sindicalista. Ela era funcionária do então INPS, que era um Instituto de Previdência da época. Tinha uma militância sindical e tinha alguma proximidade com o Partido Comunista do Brasil também. Tinha o Moisés, que era o cara que me entregou o jornalzinho no ônibus, cujo pai era um sindicalista também. A irmã dele, a Sílvia também. O próprio...

[FINAL DA FITA 1-A]

H.S. – ...Brasil, como se estivesse falando com o meu filho dentro de casa, mas falar sobre a pessoa, falar sobre a gente é uma complicação, não é?

V.A. – É.

H.S. – É interessante essa diferença. Porque esses dias eu fui fazer uma palestra sobre o Martin Luther King, foi a primeira vez que eu fui falar sobre uma pessoa, porque sempre falo

sobre uma ideia. Dessa vez não: eu fui falar sobre uma pessoa. Então, contar: a pessoa nasceu em tal data, a família da pessoa... E foi uma dificuldade para mim no começo. Depois eu fiquei... Estava agora pensando sobre isso. É uma proposta de você falar sobre você mesmo, se fosse uma ideia eu estaria mais à vontade, talvez. Mas vamos lá. [riso] Uma experiência interessante.

V.A. – O senhor estava falando quem eram as pessoas que estavam ali naquele grupo, o Moisés, a Sílvia e o pai, que o senhor não lembra o nome, que era um sindicalista. E o Moisés tinha a sua idade também, mais ou menos?

H.S. – É. Três, quatro anos mais velho.

V.A. – É engraçado esse contato, essa empatia: “Toma aqui esse jornalzinho...” Era assim que ia seguindo.

H.S. – É.

V.A. – E o senhor conseguiu também outros adeptos para o grupo?

H.S. – Consegui. Três meses depois eu era editor do jornal, do *Pixaim*, que me rendeu vários dissabores no grupo...

V.A. – Por quê?

H.S. – Estava chegando: “Já se tornou logo editor...”

V.A. – É verdade.

H.S. – “Acabou de chegar.” E a gente tinha trabalho. É uma cidade pequena São José dos Campos, e aos sábados de manhã a gente ia para uma feira de artesanato. A gente ficava ali fazendo discurso para as pessoas, panfletando, dizendo da existência: basicamente, naquela época, a gente dizia que havia um problema racial no Brasil. Tentava convencer as pessoas de

que havia um problema racial no Brasil, e de que era um problema grave. Mas depois eu me tornei um dirigente, algum tempo depois, dessa organização. Mas tive uma trajetória mais ou menos rápida e levei a discussão para o bairro onde a gente morava, consegui engajar algumas figuras do bairro...

V.A. – E o Paulinho não?

H.S. – Não.

V.A. – Por quê?

H.S. – O Paulinho foi em algumas reuniões, mas nunca se engajou. Ele ia a reunião, participava só para não perder o amigo. Mas ele nunca se engajou. Por alguma razão isso não o tocou como a mim. Comigo foi uma coisa de entrega total.

V.A. – E o seu irmão que era um pouco mais novo?

H.S. – Meu irmão não. Meu irmão entrou muito tempo depois. Ele foi entrar em 1990, mais ou menos.

V.A. – Nesse momento, em 1979, já tinha acontecido a famosa manifestação em 1978, que aconteceu nas escadarias do Teatro Municipal. E o senhor tomou conhecimento disso ou só depois?

H.S. – Sim, logo depois. Porque, à época, o grupo que se forma na manifestação que houve em 1978, que a rigor nasce com o nome de Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, depois Movimento Negro Unificado, tinha um jornal. Em 1979 esse jornal ainda era editado e circulava. E esse era um fato que frequentemente faziam menção. Era um fato histórico.

V.A. – Esse jornal era o *Árvore das palavras*? É esse que o senhor está falando?

H.S. – Não. Era o *Jornal do Movimento Negro Unificado*.

V.A. – Jornal do MNU?

H.S. – Jornal do MNU. E frequentemente eles mencionavam o protesto havido nas escadarias do Municipal.

V.A. – Então o senhor soube depois, não foi em 1978?

H.S. – Não. Não participei.

V.A. – E o senhor conseguiu o emprego em São José? Porque o senhor ficou no ponto do ônibus e eu não acompanhei mais o resto...

H.S. – O trabalho, é. Nessa época eu estava em transição. Eu comecei a trabalhar aos 11 anos.

V.A. – Fazendo?

H.S. – Comecei a trabalhar na obra como ajudante de obra.

V.A. – Com o seu pai?

H.S. – Não. Na obra, enfim. Com a história da demissão do meu pai, a gente começa, com frequência, a ter problemas em casa, falta de dinheiro... e eu tomo a decisão então de ir trabalhar.

V.A. – Com 11 anos?

H.S. – É. E fui trabalhar na obra. Trabalhei em bar, trabalhei em banca de revista, entreguei pão, enfim, trabalhei em várias coisas. E nessa época eu estou mudando, porque eu estou terminando o curso técnico que era o grande sonho, por conta desse meu tio, que era técnico em eletrônica. Então eu queria ser técnico em eletrônica também, e acabei virando técnico em

eletrônica, e estava mudando de emprego, estava mudando de status, digamos assim. E consigo emprego então em uma empresa, a Dimep. Uma fabricante de relógios, e que tinha lá uma área de manutenção, e eu consigo emprego nessa empresa.

V.A. – Mas o senhor, mesmo trabalhando com diferentes ocupações desde os 11 anos, o senhor completou a escola, o senhor ia à escola...

H.S. – Foi.

V.A. – A sua mãe ficava ali...

H.S. – É, tinha o incentivo, esse incentivo que era do meu pai, a coisa da escola; tinha um discurso muito frequente que era do meu avô, sobretudo do meu avô paterno e minha avó, de que era importante estudar, de que a saída que a gente tinha era pela escola. E eu sempre fui CDF na verdade. Eu sempre gostei de estudar. Tem uma passagem que era: quando eu entrei na escola eu já sabia ler na verdade. Porque meu pai aos domingos lia um livro-de-bolso, com histórias muito curtas, similares aos filmes de bague-bague. A história era sempre de um cara louro, alto, bonito que chegava na cidade, matava todos os bandidos que lá havia e namorava todas as mulheres, e tomava muito whisky. E essa era uma atividade, um hábito. Todos os domingos o meu pai passava horas ali lendo. E eu também acabei me interessando por aquele troço, de forma que quando eu entrei na escola com seis anos e meio eu já sabia ler. Então eu sempre li muito.

V.A. – Mas sozinho, o senhor aprendeu a ler os livros de bague-bague, pequenininho?

H.S. – É, o livro ali com o meu pai... quando eu entrei já sabia ler. Como eu faço aniversário em junho, eu entrei com seis anos e meio. E eu me lembro bem que quando eu entrei já sabia ler. E desenvolvi o prazer da leitura. Então, essa coisa com a escola também teve a ver com essa reação que eu sempre tive, que eu tenho até hoje, de devorar livros. Gosto muito de ler, tenho prazer em ler. Então, isso certamente também facilitou as coisas, porque eu lia um pouco e já era suficiente para dar conta das minhas tarefas em sala de aula, dos deveres todos de casa...

V.A. – Então o senhor estava na Dimep, e como é que o senhor foi para São Paulo, por quê?

H.S. – Aí eu trabalhei três anos na Dimep e essa época, 1982, 83, logo depois que eu entrei no movimento negro, eu também tive um contato com a esquerda e acabei me juntando lá ao grupo que estava a construindo a CUT e o Partido dos Trabalhadores. Então, em 1982 em São José dos Campos, naquela região do Vale do Paraíba, a gente consegue, em 1982, ganhar o primeiro sindicato para a CUT, que era o sindicato dos metalúrgicos. Que era um sindicato poderoso exatamente pela presença das indústrias automobilísticas.

V.A. – O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos?

H.S. – O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. E eu tive uma participação bastante intensa no trabalho da chapa, na campanha... E daí eles me chamam para trabalhar no sindicato. Era para eu trabalhar na escola do trabalhador metalúrgico, que na verdade era uma fachada para uma escola de formação de quadros. A tarefa era formar os operários para tomarem o poder e se insurgirem contra o capital, a exploração etc. E aí eu saio da Dimep e vou trabalhar no sindicato.

V.A. – Em São José ainda?

H.S. – Em São José ainda.

V.A. – E o que o senhor ensinava?

H.S. – [riso] Ensinava o que eu tinha lido de forma desorganizada mas com muita avidez, a história do... Eu tinha lido o que a esquerda lia. Um pouco de história geral, alguns autores, *O Capital*, Trotsky, que eu tinha uma certa simpatia. Havia um texto, que era *O Capital: uma leitura popular*¹, eu acho, de um autor chamado Carlo Cafiero. Ele fazia uma síntese de *O Capital*, e essa era um pouco a nossa bíblia lá com a peãozada.

¹ CAFIERO, Carlo. *O Capital: Uma leitura popular*. São Paulo: Polis, 1990.

A.P. – Eu fiquei curioso agora, em função dos livros. Você falou que no Movimento Sócio-cultural, em São José, vocês liam livros. Quais eram os livros que vocês liam majoritariamente lá?

H.S. – É preciso dizer que o movimento negro não tinha uma, como de fato ainda hoje... Agora apenas que o movimento começa a ter instituições e pessoas preocupadas com formação. Então, na verdade, a gente lia qualquer coisa. Eu me lembro que, em uma época, surge no grupo do Ismael – que havia sido colega do Ivair na Universidade Federal de São Carlos, e o Ivair nessa época morava em África. E o Ivair mandava jornais e livros para algumas pessoas. Eu me lembro que eu li Amílcar Cabral, li textos do Samora Machel, um livro de poemas do Agostinho Neto que eu achei muito... fiquei perplexo quando vi um médico revolucionário que era um poeta, me parecia incompatível a condição de revolucionário com a condição de poeta. Mas há um autor que eu me lembro que a gente discutiu bastante, que era... alguém citou esse autor hoje na palestra... um psiquiatra que estudou o colonialismo na África... Frantz Fanon! Mas a gente lia de tudo, o que caísse... *Palmares: a guerra dos escravos* de Décio Freitas, o cara que escreveu o primeiro livro sobre Palmares, um historiador do Rio Grande do Sul; Clóvis Moura cujo livro que a gente lia era o *Rebeliões da senzala*, enfim, o que surgisse no grupo a gente lia e discutia. Então era uma complicação porque você estava lendo sobre a experiência das lutas independentistas em África lusófona e estava lendo o psiquiatra que estudou efeitos psíquicos do colonialismo em África, e Décio Freitas, enfim, tudo que pintasse de preto, de racismo a gente lia. A gente lia tudo. E eu lia tudo, eu lia mais. Alguns caras não liam tanto, porque tinham os grupos de trabalho que a leitura era cobrada. Alguns caras não liam, mas então a gente discutia: o “cabra” não lia mas participava da reunião, portanto se interava de alguma forma daquele tema. Mas a gente lia tudo. Qualquer coisa. Che Guevara, enfim, lia o que pintasse que fosse contra o *status quo*, a gente era a favor e lia.

A.P. – E a ida para São Paulo?

V.A. – Do sindicato...

H.S. – Eu fiquei trabalhando no sindicato até 1985-86, e um pouco tempo antes disso eu entrei em contato com o Ivair, porque eu não o conhecia pessoalmente, eu tinha notícias dele por conta dos materiais que ele mandava de Moçambique, do período em que ele morou lá. E encontro com o Ivair, e ele e o Hélio Santos estão criando o Conselho da Comunidade Negra em São Paulo e queriam um sindicalista para tocar um trabalho com as centrais sindicais. E me propuseram que eu assumisse esse papel então no Conselho. Eu fui para São Paulo.

V.A. – Isso é o quê, Governo Montoro?

H.S. – Governo Montoro, é. 1986, na verdade.

V.A. – O senhor foi então para São Paulo então em 1986?

H.S. – Eu fui em 1986.

V.A. – Esse Conselho foi criado em 1986?

H.S. – O Conselho foi criado em 1986. Eu fui no final de 1986, início de 87.

V.A. – Então estavam o Ivair e o Hélio Santos precisando de alguém que fizesse a ponte...

H.S. – Com os sindicatos. E aí eles me acharam lá, eu tinha um trabalho no sindicato, dava aulas para peãozada, tinha um bom trânsito na CUT do estado todo, enfim, tinha experiência mesmo da militância sindical além da militância do movimento negro, então eles me chamam para trabalhar lá.

A.P. – Já em 1986, a gente um dado que a gente obteve em uma entrevista com o Milton Barbosa, que em 1986 você teria sido presidente da Convenção Nacional do Negro em Brasília.

H.S. – É. Naquele ano teve todo um trabalho de mobilização por conta da constituinte, e nós organizamos... eu tive uma passagem pelo MNU, na verdade. Uma passagem em que eu

fiquei na condição de simpatizante, nunca fui militante orgânico. Mas sempre tive simpatia e quando eu fui para São Paulo então, me aproximo um pouco mais do MNU. Por conta das eleições constituintes e do processo dos vários segmentos que estavam se preparando para influenciar na feitura da Constituição, nós organizamos em Brasília esse encontro, que de fato eu fui o coordenador desse encontro: Encontro Nacional *O Negro e a Constituinte*, 1986.

V.A. – Essa organização partiu de São Paulo, como é que foi?

H.S. – Não. Na verdade, alguns militantes, alguns protagonistas foram mais importantes. O Hélio Santos teve um papel especialmente importante porque o Hélio Santos, naquele mesmo ano o Montoro o havia indicado para compor aquela comissão de notáveis, a Comissão Arinos, que o Sarney nomeou para elaborar um projeto de Constituição. Então o Hélio, um pouco, se empenhou para chamar a atenção da militância para a importância de ter uma participação mais organizada. Mas em vários estados havia pessoas que estavam preocupadas, o Abdias havia sido candidato aqui no Rio de Janeiro com uma campanha explicitamente direcionada para a luta contra o racismo; o Caó que também foi candidato – na verdade teve um melhor desempenho que o Abdias. A própria Benedita que na época era vereadora, mas enfim, algumas figuras foram mais importantes para chamar a atenção da militância, para falar da importância de uma participação organizada no processo constituinte.

V.A. – E essas pessoas estiveram em Brasília também neste...

H.S. – Estiveram. O Amauri, o Yedo, o Ivanir, o Flavinho em São Paulo, o Ivair, alguns militantes de Brasília que ajudaram um pouco a ver essa coisa dos espaços, como a Graça, a Mundinha, o Marquinhos Cardoso que hoje é dirigente da SEPPIR, que é de Minas. Enfim, esse grupo acabou se encontrando durante dois dias em Brasília e a gente alinhavou lá um documento, que eu não tenho a menor ideia de quem poderia ter isso – nós sempre fomos absolutamente negligentes com essa coisa de memória. Mas a gente alinhavou um conjunto de propostas que nós entendíamos que deveriam ser contempladas na nova Constituição. E também houve, por influência... eu penso que Benedita já era deputada nesse período porque houve algumas audiências públicas – é, Benedita foi constituinte – na Câmara em que a gente

teve a oportunidade de participar e um pouco divulgar o conteúdo do que havia sido deliberado nessa Conferência.

V.A. – E resultou, enfim, na Constituição, nos dois pontos importantes que a gente tem, que é a criminalização do racismo e...

H.S. – Havia um consenso. O primeiro consenso era a criminalização. E depois, no curso dos debates, eu me lembro que foi a primeira vez que eu me ative a essa demanda das comunidades de quilombo. Porque São Paulo, nós temos 32 comunidades de quilombo, eu já tinha ouvido falar mas eu realmente não tinha realmente dimensão do problema. Foi nesse encontro em que especialmente o pessoal do nordeste pauta esse tema com muito vigor e nós então tivemos a oportunidade de perceber a dimensão que o problema tinha e também esse foi um tema consensual. Enfim, é um documento... eu me lembro que fui o presidente e fui o relator, e era um documento extenso, em que havia um conjunto de proposições na área cultural também. Havia uma proposta de proibir que o país se relacionasse com a África do Sul, havia uma condenação muito vigorosa ao regime do *apartheid*.

V.A. – O senhor vai depois fazer, se eu não me engano, um dos livros, não sei se é a sua dissertação de mestrado, sobre os limites da Constituição para a criminalização do racismo, é isso? *Limites constitucionais da criminalização da discriminação*².

H.S. – Na verdade eu fui um dos primeiros negros advogados com vínculo com o movimento negro a colocar em questão a criminalização tal como nós propusemos, a criminalização com essa chancela absolutamente gravosa, severa, da imprescritibilidade da inafiançabilidade. Obviamente, uma cláusula pétrea, não há como mudar, mas eu comecei, a partir de um certo instante, a perceber que o que nós, à época, considerávamos como uma das respostas para o problema da discriminação, na prática acabava tendo um efeito contrário ao efeito que nós desejávamos. E eu vou me interessar por isso e isso vai resultar na minha dissertação de mestrado. Muito embora, naquele momento eu tinha outro alvo em vista. O meu alvo já era a temática da ação afirmativa, porque na verdade o que eu queria discutir, e que acabei fazendo

² SILVA, HÉDIO JR. *Limites Constitucionais da Criminalização da Discriminação*. Tese de Mestrado, PUC / São Paulo, 2000.

isso em outros textos, o que eu queria demonstrar é que há duas modalidades de discriminação na Constituição de 1988. Uma modalidade que é censurada, que é reprovada, criminalizada, e uma outra que é textualmente prevista e o problema era um problema interpretativo de você saber como distinguir essas duas modalidades de discriminação.

V.A. – Não entendi.

H.S. – Não?

V.A. – Não.

H.S. – A Constituição proíbe a discriminação quando ela tende a provocar desigualação de direitos e prescreve discriminação quando ela é necessária para igualação de direitos.

V.A. – Entendi.

H.S. – Então o que eu quis foi explicitar uma modalidade de discriminação, que era a que é reprovada, digamos assim, como uma preparação para o enfrentamento do tema que de fato me interessava, que era o tema da ação afirmativa, que eu acabei depois vindo a produzir outros textos.

V.A. – Por que o senhor disse que acabou levando ao contrário, a ideia de criminalização acabou levando ao contrário? Eu não entendi direito.

H.S. – Depois, com a trajetória na academia, a minha militância no fórum – eu sou advogado criminalista, muito embora eu também trabalhe com Direito Público, com Direito Administrativo, mesmo porque fiz o doutoramento em Direito Constitucional, então dialogo muito com o Direito Público – mas, digamos assim, a paixão na militância na advocacia é o crime. E na verdade, a minha formação na academia me despertou para um dado mais ou menos indiscutível na dogmática penal, que é o dado de que você criminaliza aquelas condutas que são raras na sociedade. O crime, na maior parte das sociedades, o é uma conduta excepcional. Não raro, talvez a palavra adequada seja excepcional. E a discriminação

racial no Brasil pode ter qualquer outra característica, menos da excepcionalidade. Essa é a primeira coisa. A segunda é que há uma tendência muito frequente por parte do Estado, em geral essa é a resposta mais fácil e talvez isso explique o fato de que o Gilberto Freyre era da UDN, que a rigor nem era um partido político propriamente dito, e vai aprovar a Lei Afonso Arinos em 1951 quase que por unanimidade no Congresso Nacional, porque essa é a forma mais fácil que o Estado tem para resolver certos tipos de demandas. Depois, o que eu fiquei pensando é que nós demos para o Estado brasileiro – hoje eu não penso dessa forma, mas me ocorria muitas vezes que nós demos para o Estado a chave mais fácil para ele supostamente assimilar a demanda social que nós apresentávamos e ao mesmo tempo não enfrentá-la: “Eu dei uma resposta. Vocês queriam a criminalização, está criminalizado.” E a Lei é absolutamente ineficaz. Então eu escrevi vários artigos sobre isso e enfrentei muitos dissabores na militância por conta disso, porque muita gente entendia que eu estava “arregando” para o racismo. E um pouco o que eu estava querendo propor era exatamente que o movimento negro tinha no Direito outros instrumentos que talvez pudessem ser mais eficazes do que o Direito Penal exclusivamente. A minha discussão era que havia uma concentração excessiva de expectativas no Direito Penal e o debate que eu propunha, a proposta era a proposta de um diálogo com outras áreas do Direito que lidassem com o cotidiano e também com ação afirmativa. Então, um pouco a crítica que eu faço nesse período é porque me parecia equivocado...

[FINAL DA FITA 1-A]

V.A. – ...Sobre a Constituição, não é isso? Os limites da criminalização do racismo, da discriminação na Constituição. O senhor estava falando que na época, agora não sei se o senhor mudou, não entendi direito, mudou um pouco a sua opinião, mas na época o senhor achava que isso era concentrar os esforços apenas nesse ponto facilitava as coisas muito para o Estado, porque ele já teria colocado na Constituição: “É crime. Pronto, acabou. Fiz a minha parte.” Seria isso?

H.S. – Isto.

V.A. – E aí eu fiquei pensando: a própria comissão do governo Franco Montoro – aí eu já estou querendo fazer uma ponte com a relação com o Estado, aqui a Constituição, mas o Estado executivo estadual – pelas nossas pesquisas é a primeira vez que a questão do negro é incorporada dentro de um organismo de executivo estadual, não é? Essa do Franco Montoro. Em seguida vai haver também aqui no Rio, no governo Leonel Brizola também vai ser criada uma comissão para a questão do negro. Enfim, eu queria saber um pouquinho como é que as pessoas que atuavam, naquela ocasião no movimento negro, viam essa possibilidade de participação dentro de órgão de Estado e os limites dessa participação também. Eu acho que é uma questão também bastante polarizada essa. E que vai chegar até hoje em dia, a atuação da Seppir, que é a primeira vez também que você, de forma expressiva dentro de um executivo federal, tem uma secretaria que tem um nível de ministério para tratar dessa questão. E os limites disso, a relação dos militantes do movimento negro com essa questão? Era essa a minha pergunta.

H.S. – Foi bastante controverso o surgimento desses espaços. Parte da militância... na verdade, isso tem a ver, eu acho que é um problema anterior que é: a geração que se engaja nos anos 1970, ela leva muito tempo, primeiro para conseguir construir, digamos assim, uma referência para o discurso político, com um certo grau de autonomia e, portanto, com uma certa ruptura com o pensamento de esquerda. O que eu quero dizer é o seguinte: você pode identificar três matrizes de pensamento no discurso dos anos 1970 e 80. Três diferentes fontes, diferentes influências. Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas independentistas no continente africano, sobretudo, até pela facilidade da questão da proximidade linguística, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, talvez também pela experiência de Paulo Freire lá e os textos que ele trouxe, e a experiência que ele descreveu, os textos nos quais ele registrou essa experiência lá; e o movimento pela negritude, que a rigor sempre foi um movimento literário na verdade, um movimento cultural, digamos assim, de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 1930 do século passado e que vão formular algumas ideias a respeito do que seria o ocidentalismo, o orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos, enfim, um modo africano de ser por meio de várias linguagens. Então eu acho que o primeiro desafio é o desafio de que a não-formatação de um discurso próprio, um discurso genuíno, digamos

assim, menos tributário de certos pensamentos, de certos dogmas da esquerda etc., dificultou muito para que o movimento compreendesse o que estava se passando quando esses órgãos começam a surgir. E entre os tributos pagos aos dogmas da esquerda, um dos tributos era de que o Estado era fundamentalmente inimigo. Um Estado fundamentalmente inimigo é um Estado com o qual você não dialoga. É um Estado que você enfrenta, você cerca, você toma. Eventualmente inclusive, fosse o caso, pela força das armas.

Então eu acho que foi uma conjugação da falta de uma identidade política; a ausência, naquele período, de um substrato teórico que pudesse, um pouco, orientar a militância e nortear a ação política; e de outro lado esse tributo que o movimento negro pagou para a esquerda até muito pouco tempo atrás. Eu diria que o surgimento de um pensamento negro no Brasil é muito recente. O surgimento de um pensamento negro no Brasil surge na exata medida da ruptura da militância e da intelectualidade negra com a esquerda branca brasileira racista, que tem sonhos estéticos que fizeram com que, por exemplo, a solidariedade da esquerda no Brasil alcançasse a Polônia ou Cuba e não atravessasse o Atlântico. Sempre foi o movimento negro que trouxe para cá a luta contra o *apartheid*, foi o movimento negro que colocou na agenda política. Então era um pensamento confuso, digamos assim, que refletia fragmentos dessas matrizes. Então havia uma parte das pessoas que entendiam que seria uma forma equivocada de colaboracionismo com o Estado; havia uma outra parte que entendia que o Estado – como a vocação do Estado é institucionalizar o conflito – o Estado então estaria seduzindo – tem uma palavra mais recorrente para isso. O Estado estaria seduzindo quadros...

V.A. – Cooptando.

H.S. – Cooptando quadros importantes como uma forma de institucionalizar o conflito racial. Então essas primeiras experiências enfrentaram um pouco essa desconfiança básica que o movimento tinha em relação ao diálogo com o Estado. E também porque esses órgãos tinham uma coloração de órgãos do executivo, mas eles tinham uma essência de órgãos consultivos na verdade. Sobretudo de São Paulo, em que você não tinha instrumento de gestão da política. E tanto que eles vão escolher determinadas áreas para atuar. Eram segregados dos fóruns de decisão de governo. Aliás, eu acho que não mudou substancialmente. Na topografia

do aparelho de Estado a inserção da questão racial ainda se dá como um tema posto em um lugar secundário. E essa secundarização vai se refletir também do ponto de vista mesmo do...

V.A. – Organograma.

H.S. – No organograma, na distribuição de recursos. Mas isso com o olhar do início dos anos 1980. Hoje, certamente, o surgimento desses órgãos representou uma conquista, uma resposta possível do Estado a uma demanda que crescia. E foram importantes porque obrigaram o movimento a construir, desenvolver e a formatar uma proposta de relacionamento, e delinear melhor os termos com os quais ele queria, ou ele quer, se relacionar com o Estado. Mas também foram importantes como escolas de formação de pessoas: você lida ali com um conselho consultivo lá; como é que você encaminha um tema em uma reunião com o governador... Nós não trazemos esse patrimônio, digamos assim, no nosso inconsciente coletivo, de manuseio, de familiaridade com estruturas de mando, de poder. Então esses espaços também foram espaços importantes de formação de quadros e de pessoas. Mas foi realmente, quando eles surgem, absolutamente controversos e geraram discussões acaloradas.

V.A. – O senhor tinha receio quando o senhor foi convidado?

H.S. – Pois é, eu era o único petista no governo Montoro. Mas me pareceu... primeiro eu fiz uma discussão com o grupo e o grupo entendeu que seria importante.

V.A. – Qual o grupo?

H.S. – O grupo com o qual eu tinha vínculo lá em São José dos Campos.

V.A. – Esse grupo do jornal *Pixaim*?

H.S. – Movimento Sócio-cultural...

V.A. – Movimento Sócio-cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos.

H.S. – E o grupo entendeu que seria importante e eu entendi que era um espaço... na verdade eu já estava mais ou menos exaurido com as tentativas, com a recusa, eu já estava mais ou menos entediado com a frequente recusa dos sindicalistas em discutirem a questão racial. Porque o que eu queria era conectar sindicalismo e luta contra o racismo. E eu não tinha... era um discurso que não encontrava eco no movimento sindical. Então eu, na verdade, acho que fui muito pragmático no sentido em que entendi que teria a oportunidade de poder fomentar o debate que me interessava e que não encontrava boa receptividade no movimento sindical. Acho que foi por um recorte muito pragmático. Mas tive também muitos dissabores por ter ido e etc., e muita gente veio me dizer, um pouco, que a presença de um petista no governo Montoro era a forma de o governo se legitimar... Mas acabou que há frutos muito interessantes dessa experiência, inclusive a instituição com a qual eu tenho vínculo, que é o Ceert³, e que nasce exatamente do núcleo que se encontra em 1986 no então Conselho da Comunidade Negra.

V.A. – Como que foi? Porque o Ceert é criado em 1990, não é?

H.S. – É, é de 1990.

V.A. – Como que foi então essa genealogia do Ceert?

H.S. – O Ivair e o Hélio queriam dois tipos de figuras para trabalhar na área do trabalho. Algumas áreas que eles haviam eleito como áreas prioritárias.

V.A. – Lá no Conselho?

H.S. – No Conselho. Então tinha o Grupo de Relações de Trabalho, como se chamava. Eles queriam alguém da área de recursos humanos e um sindicalista. A pessoa da área de recursos humanos que eles chamaram...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

³ Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade.

V.A. – Nós estávamos na fundação do Ceert, que o senhor estava falando que vem lá do Conselho do Montoro.

H.S. – É.

V.A. – Explicando como o Ceert vai ser fundado deste Conselho que tinha alguém para relações humanas...

H.S. – Para recursos humanos. Eles queriam que o grupo de trabalho tivesse alguém da área de recursos humanos e alguém que lidasse com os sindicatos. O do sindicato era eu e a pessoa que eles escolheram da área recursos humanos era uma executiva da Cesp, que havia trabalhado durante algum tempo na Cesp, uma psicóloga, que é a professora Maria Aparecida Silva Bento. Que é minha mulher e que é com quem eu criei, nós criamos juntos, algum tempo depois, o Ceert. Então é um encontro que tem vários frutos, digamos assim. E quando o Conselho é esvaziado, a gente estava fazendo um trabalho com os sindicatos que a gente achava que era importante, as pessoas diziam que era importante...

V.A. – Era finalmente discutir a questão racial dentro do sindicato?

H.S. – Dentro do sindicato. E a forma que a gente teve então foi criar uma ONG , que é o Ceert, que depois acabou expandindo projetos para outras áreas que não só do trabalho. Hoje nós estamos lidando com intolerância religiosa, por exemplo. Aí um cara diz: “Como é que o Centro de Estudos das Relações de Trabalho...” É que a gente tinha uma expectativa muito modesta, quando nós criamos o Ceert a gente queria só lidar com sindicato. E depois a vida foi empurrando para outras coisas.

V.A. – A sua tese de doutorado é sobre isso também.

H.S. – Sobre liberdade de religião, é.

V.A. – Quem mais faz, além de Maria Aparecida Silva Bento, o senhor, quem é o grupo que fundou o Ceert em 1990? Só o casal?

H.S. – Daí teve uma participação do José Roberto Militão, que é um advogado de São Paulo e teve uma participação pequena; o Hélio Santos teve uma participação.

V.A. – Mais no fundo, no fundo, é um...

H.S. – O núcleo central éramos nós dois.

V.A. – E continuam sendo o núcleo central?

H.S. – Até hoje. 15 anos o Ceert faz ano que vem.

A.P. – O senhor ficou no Movimento Sócio-cultural, no grupo de São José dos Campos, até a fundação do Ceert?

H.S. – Tinha contato. O fato de eu ter ido para São Paulo e passar a ter acesso a outros grupos, e aí, um pouco, começa a viajar pelo país, porque o Conselho, o trabalho feito era uma referência, as pessoas queriam criar coisas similares nos estados, então eu passei a ter uma certa mobilidade. Mas sempre retorno. Até hoje a minha irmã mora no mesmo bairro. Mas o grupo acabou perdendo um pouco o fôlego. Hoje você tem outras organizações na cidade e esse grupo, que foi o grupo precursor, acabou perdendo um pouco da vitalidade que ele tinha naquele período.

A.P. – Eu estou perguntando isso porque eu lembrei que o senhor comentou que tinha alguns contatos com outros grupos de fora de São José dos Campos, e eu fiquei na dúvida se esses contatos eram feitos através da sua atuação em São Paulo, ou se esses contatos já eram anteriores a sua vinda para São Paulo.

H.S. – Não. Eram anteriores. Havia um festival, eu não sei se foi Abdias... Abdias participa de um festival em África, que eu não sei exatamente onde, mas talvez tenha sido na Nigéria... Enfim, Abdias, Gilberto Gil, acho que Lélia Gonzalez, participam de um festival de cultura negra...

A.P. – Acho que foi no Senegal.

H.S. – Fespac. E aí faz um texto. Houve um incidente diplomático lá envolvendo o Abdias e um general que havia ido representar o Brasil nesse festival... É Lagos, é isso mesmo. E Abdias faz um texto sobre isso, escreve artigos e tal. E aí, possivelmente, isso tenha inspirado lá em São Paulo as pessoas a criarem um festival local, digamos assim, que era o Feconezu, que era o Festival Comunitário Negro Zumbi, e que anualmente... e também é a época que surge a ideia, coincide com a ideia de Oliveira Silveira de instituir o 20 de novembro como o dia da consciência negra. Então, sobretudo um grupo de poetas, o Cuti, os caras que se articulavam mais em torno da literatura, propõem então esse festival Feconezu. Então, anualmente, a gente se encontrava no dia 20 de novembro. E a proposta era que o festival fosse itinerante. Certamente o substrato disso era a ideia de fortalecer a mobilização negra em diferentes lugares. E a gente ficava então o final de semana juntos, sempre o final de semana mais próximo do dia 20 de novembro. E isso permitia uma interação, aliás, absolutamente intensa entre a militância. E essa troca... O Feconezu era um espaço importante.

V.A. – A sua esposa é de São Paulo ou do interior?

H.S. – De São Paulo.

V.A. – De São Paulo capital?

H.S. – É.

V.A. – O senhor a conheceu no Conselho?

H.S. – No Conselho. Ela é uma referência na área de psicologia. Ela inaugurou a discussão da branquitude etc. É uma intelectual poderosa. Enfim, acabou que desse encontro ficou a relação, o casamento e o Ceert. [riso]

V.A. – E filhos?

H.S. – É, filhos. Eu já tinha um, ela também já tinha um, enfim, a gente tem uma prole, já hoje nos vestibulares da vida. Um que é estagiário no escritório.

V.A. – O senhor falou que esse Conselho do governo Franco Montoro esvaziou. Por quê?

H.S. – É que é um problema. Na verdade, essa característica continua, essa fragilidade continua. Este canal, a assunção, por parte do movimento negro, desse canal de participação foi importante, já disse isso, mas ela tem uma fragilidade: você fica na dependência da estrutura central. Então, quando você tinha o Montoro, que era um sujeito, enfim, um democrata cristão comprometido com a luta contra a ditadura, tinha muita preocupação com a questão da participação popular na gestão do poder executivo. Então o Conselho tinha um certo fôlego. Quando sai o Montoro e entra o Quéricia, que era também uma liderança do PMDB, que havia disputado legenda com o Montoro, que havia perdido... havia feito um acordo, enfim, quando o Quéricia assume, o Quéricia tinha uma outra leitura da questão racial no Brasil, e portanto, da importância ou desimportância daquele órgão. Aí há um esvaziamento mesmo político em termos de diminuir investimento, de não ter recursos. E foi quando a gente percebe que estava dada a possibilidade de sair, de romper e buscar formas alternativas de continuar desenvolvendo o trabalho.

V.A. – O senhor também disse, quando a gente estava falando sobre a participação dos militantes do movimento negro nesses órgãos, que há dificuldade, que o pensamento negro só se forma quando há a ruptura com a esquerda. Quando que isso acontece e quem seria representante, ou quem seriam os representantes desse pensamento negro já mais atual?

H.S. – Acho que Abdias foi o pioneiro. Abdias, embora sempre tivesse uma identidade, sobretudo no período da redemocratização, tivesse estabelecido uma identidade com o PDT e uma relação pessoal com o Brizola, o Abdias era um cara que historicamente tinha uma certa autonomia de pensamento em relação à esquerda. Na verdade, a geração que o antecedeu também tinha. Os caras da Frente Negra, enfim, o Correia Leite, o Henrique Cunha, o Guaraná de Santana, enfim, a história desses caras revelam que eles tinham mais autonomia. Embora haja acusações, enfim, na verdade há fatos que vez outra vinculem a Frente Negra

com o integralismo. Mas o fato é que você lê a imprensa negra e não uma clivagem partidária tão explícita como, a meu juízo vai haver, na geração dos 1970. Possivelmente também, com a ditadura, a necessidade de buscar construir um espaço de aliança, até para a própria sobrevivência. Então eu acho que Abdias foi... Lélia Gonzalez também, Beatriz Nascimento, alguns intelectuais, Eduardo de Oliveira e Oliveira, foram intelectuais que nos antecederam e que tinham já uma postura mais autônoma em relação à esquerda. A minha geração é uma geração que sofreu muito, que sofre muito para ter uma postura mais autônoma e um pensamento mais autônomo. Eu diria que a ruptura, o exemplo mais acabado da ruptura foi quando a questão das ações afirmativas e a reivindicação por cotas passa a integrar a agenda do movimento negro. Porque a questão da ação afirmativa e da cota significou, para alguns até hoje, uma rendição do movimento negro ao discurso de transformação da sociedade. Porque a luta por ação afirmativa e por cotas significa a busca da integração social da população negra sem colocar em questão o regime político. Então é muito recente. Isso tem cinco anos, um pouco mais. Mas também isso tem a ver com um movimento para qual o movimento negro contribuiu muito fortemente, que foi a formação de uma elite intelectual. A minha geração é a geração que mais acumulou em termos educacionais. E começa então a serem lançadas as bases de um pensamento negro chancelado pela academia, ou seja, com pretensões de legitimação social. Uma nova verdade sobre a história, uma nova verdade sobre as relações, uma nova verdade sobre a política, sobre o Estado, sobre as instituições etc. Então, também esse investimento feito em termos de acumulação de capital educacional também contribuiu para tencionar certos tributos que o pensamento da militância historicamente pagou para a esquerda. E um movimento interno...

[FINAL DA FITA 2-A]

H.S. – ...Interno de identificar o racismo na ação da militância negra, na ação da militância contra o racismo. De pensar que a estrutura das organizações era uma estrutura, em geral, colegiada porque muitas vezes as pessoas tinham dificuldades de delegar poderes, de perceber que muitas vezes nós éramos absolutamente generosos com os companheiros brancos e absolutamente severos conosco mesmo. Também foi um trabalho interno, um trabalho de depuração da herança do racismo, que certamente se manifestou na militância negra.

V.A. – Eu não entendi direito essa parte, do racismo interno ao próprio movimento negro?

H.S. – Eu, por exemplo, reputo que o fato das organizações negras, as criadas mais recentemente, mas durante muito tempo as organizações negras se recusavam a ter uma estrutura verticalizada. Eram estruturas colegiadas. Alguém pode dizer que isso é uma herança da ação política católica, porque as organizações católicas, em geral, têm a figura do colegiado. Mas há também quem diga que era uma dificuldade de delegação do poder. Esse trabalho interno foi um trabalho de nos depurar da herança do racismo, que vai se manifestar e se manifestou durante muito tempo. Se manifestou nas próprias organizações negras sem dúvida nenhuma.

V.A. – Mas por que a dificuldade de delegação de poder é manifestação de racismo? Isso que eu não entendi.

H.S. – Porque eu diria que a ideia básica era a de que a presunção da desconfiança, ou então uma outra ideia muito comum era de que todos deveriam estar no mesmo nível, ou de que ninguém poderia se destacar do grupo. Isso seria absolutamente normal se as pessoas não convivessem com outras organizações brancas, nas quais a estrutura era absolutamente verticalizada. Então ela aceitava o presidente na organização branca, mas não aceitava na organização negra. Isso tem nome. Então foi preciso também um trabalho interno nosso...

V.A. – Seria como dizer que o negro não é capaz de ser presidente, é isso o racismo?

H.S. – É. Ou então, um negro como eu para ser um presidente, para ser um dirigente desta organização... Então o surgimento dessa elite também colocou em questão problemas internos, problemas de relacionamento, e desnudou o legado racista que nossa prática tinha. Por que temos uma relação de tanta generosidade com os brancos, com as instituições brancas e somos tão severos entre nós. Nossos embates eram muito duros. Hoje é muito agradável até, fazer militância contra o racismo no Brasil. Há 25 anos atrás era absolutamente oneroso para a pessoa, os embates eram muito duros eram muito desgastantes, muito agressivos. Certamente é uma herança, que é o que o Steve Biko vai dizer em um texto super

interessante dele, que o racismo transforma o homem negro em uma casca sem conteúdo, o processo de embrutecimento e com tal fragilidade, que se você toca com o dedo aquela casca você fura aquilo. E é um movimento – pode parecer paradoxal – mas era bárbaro conviver com iguais no grupo, na militância, nas reuniões, mas nós éramos excessivamente severos conosco, absurdamente severos. E não éramos assim em outros espaços. Até descobrir o quanto nós próprios carregávamos de herança do racismo e ter uma relação mais fraterna, mais tranquila, de reconhecer o outro e projetar o outro, fortalecer o outro, delegar, foi todo um trabalho interno, um trabalho lento do aprendizado, da reflexão, da militância. Então seria, digamos assim, uma conversa de senzala que a gente fez e foi enfrentando na medida em que a gente foi sacando... eu me lembro: quantas vezes eu não vi, por exemplo, Abdias do Nascimento ser hostilizado em reuniões do movimento negro. Ou seja, Abdias do Nascimento, porque não tem o selo, porque não tinha o carimbo de uma organização negra. Hoje é uma figura absolutamente venerada, mas foi todo um trabalho nosso mesmo de depuração desse legado, que é um legado secular, e que não seria a existência do movimento negro, alguns anos de militância que iriam fazer com que esse legado fosse sepultado.

Então eu acho também que essa elite intelectual também foi importante porque ela pôs em questão a própria prática: o significado de ser negro, a relação dos grupos, a relação interna, a relação entre os grupos, a relação com os brancos, o papel dos brancos, o papel da academia. Enfim, eu me lembro de uma época que alguns negros entravam para a academia e rapidamente já começavam a recusar o movimento negro, a desqualificar o movimento negro, um pouco sem refletir como é que é possível o senhor sair da obra e virar doutor em uma universidade de prestígio no Brasil? Compreender aquilo como parte de uma construção coletiva que vai permitindo que as pessoas possam, na universidade, produzir conhecimento sobre racismo em um país em que há 25 anos não havia racismo. Não é possível o sujeito achar que isso não é uma construção, não é um devir, não é possível o sujeito achar que é uma construção pessoal dele. Muita gente morreu... muita gente... [emoção] Acho que vou tomar uma água. [silêncio] Então, esta...

V.A. – O senhor estava falando das pessoas que entram na universidade e se desligavam do movimento.

H.S. – A ideia é a ideia de recuperação de um elo histórico, digamos assim, de uma corrente histórica que foi permitindo com que o sujeito pudesse ir ocupando determinados espaços, sobretudo com a academia. A possibilidade de apropriação desse instrumental já com a intenção prévia de colocar aquele instrumental a serviço da luta contra o racismo. Então, digamos assim, foi esse conjunto de fatores que eu creio que fez com que o movimento negro se tornasse, a meu juízo, adquirisse essa pujança, esse poder que de fato a gente foi construindo ao longo desses últimos anos. Eu acredito que o movimento negro é certamente um dos mais promissores movimentos sociais que o Brasil tem. Mas eu digo que é todo um conjunto, é um histórico de construção, mas também de identificação até da extensão dos efeitos do racismo. Eu às vezes digo para as pessoas quando eu cruzo com os jovens negros nas periferias das grandes cidades usando a camiseta com a estampa “100% Negro”, porque o racismo invade uma área da sua existência em que ele pretende destituir a pessoa da sua condição humana. Então nada que é negro é bom: o seu corpo, o seu cheiro, o seu cabelo, a sua religião, a sua história, os seus antepassados, o seu continente de origem. A resignificação dessa experiência, a desconstrução desses dogmas e desses estereótipos é um trabalho hercúleo que o movimento negro fez, para que a menina negra olhasse no espelho e dissesse: “Sou bonita!” E dissesse: “Eu quero estar com os meus iguais. Eu posso...” Então, eu diria que a gente adotou o caminho, a meu juízo, mais consequente, que foi o caminho de mudar as pessoas, mudar a forma como as pessoas lidam com o seu corpo, porque isto é uma das expressões mais cruéis da experiência do racismo: é ele fazer com que o sujeito lide mal, e de fazer com que o sujeito negue essa dimensão mais transcendente, que é a dimensão do corpo. Se você não lida bem com o seu próprio corpo, como é que você pode lidar bem com a sua existência? Essa que é a questão. Então eu acho que esse trabalho feito conosco mesmo, com o nosso povo, um trabalho que tem várias linguagens, várias expressões, enfim, foi uma conquista bárbara. A meu juízo atesta mais a eficácia da ação do movimento. Quando eu li a Daiane dos Santos dizendo que ela queria levar o samba para a ginástica e que o Brasil era um país racista, eu fiquei imaginando: “Quem é que formou essa menina? Onde é que ela escutou isso?” Eu acho que essa dimensão é até mais emblemática, mais ilustrativa da eficácia da luta contra o racismo do que propriamente essas conquistas do campo institucional. Porque eu acho que esse é o caminho seguro para a mudança. O caminho seguro para a mudança é mudar as pessoas. E eu acho que a gente deu conta de fazer isso. Se vocês me perguntarem como é que nós demos conta, eu também não vou saber responder.

Mas o fato é que a gente deu conta. Não estou querendo dizer com isso que nós temos, enfim, que a população negra brasileira... Mas se eu comparo olhar, digamos assim, que eu tinha 25 anos atrás, quando eu via, por exemplo, as meninas negras... Eu tenho uma coisa muito... Embora eu seja filho de mãe branca, desde a minha primeira namoradinha aos seis, oito anos, era uma menina negra e eu acho as mulheres negras mais bonitas, sempre me interessei, minhas namoradas foram meninas negras. E as meninas usavam, tinham a coisa de alisar o cabelo, por exemplo, e o movimento negro era muito duro, às vezes até excessivamente duro com isso. E hoje quando você vê a publicidade, como a publicidade é muito sensível para essa coisa, a menina que vai para a publicidade é a menina que usa o cabelo natural. E as meninas na rua, a coisa de uma expressão de dignidade, de altivez, que é visível. Certamente tem uma parcela da população negra que não foi atingida pelo nosso discurso, mas é visível nas ruas que uma parcela significativa da população negra foi atingida pela ação política do movimento negro. E volto a repetir: acho que isso é mais ilustrativo da eficácia da ação do que as cotas, muito embora as cotas também sejam um exemplo bastante cabal da capacidade, da eficácia da ação do movimento negro.

A.P. – Eu ia falar justamente sobre isso. Nesse sentido, as ações afirmativas vêm também com força, dada essa construção desse reconhecimento, enfim, dessa construção da identidade negra de forma positiva. As ações afirmativas inclusive vêm como um instrumento para aumentar essa... não só cotas. O senhor mesmo já disse que já havia uma preocupação anteriormente, no início da década de 1990, no seu mestrado, enfim, com as ações afirmativas. E a gente ouviu o Carlos Alberto Medeiros aqui e ele disse que em 1992 já havia um seminário de políticas públicas de ação afirmativa, que era coordenado pelo senhor em São Paulo, na prefeitura.

H.S. – Em São Paulo. É. Eu acho que a experiência do Conselho significou para mim uma primeira disponibilidade, digamos assim, intelectual para considerar que era preciso formular respostas para o cotidiano. Que o discurso que a esquerda vendia, que era o discurso da transformação global, se assemelhava muito a coisa católica do inferno na terra em busca do paraíso. E depois eu fui me interessando por esse tema. Mas eu acho que outros caras jogaram um papel mais... acho que o Hélio Santos jogou um papel mais importante. Em muitas reuniões o Hélio era uma voz solitária a favor das ações afirmativas. O Medeiros aqui

no Rio de Janeiro. Enfim, algumas figuras sacaram bem antes de nós que isso era importante. Mas enfim, fui me interessando e depois comecei a escrever, mas acho que de toda sorte foi uma maturação muito lenta e também muito dolorosa. Porque em vários momentos estava em questão se essa adesão a um tipo de política, a um tipo de reivindicação como essa, significaria ou não uma rendição, uma rendição ideológica: nós que amávamos tanto a revolução agora estaríamos, digamos assim, contentes com a possibilidade de partilhar o bolo sem transformação social. Até que alguém disse que nós estávamos fazendo uma extraordinária transformação social das relações do cotidiano, das relações dos micro-espacos de poder. E a própria questão do empoderamento da população negra e a coisa mais altiva, mais ousada na política, nas relações intersubjetivas. Mas o grande dilema, eu acho, nos primeiros debates que nós fazíamos sobre ação afirmativa era o dilema de que nós estávamos renunciando a uma bandeira que sempre foi muito cara para nós, que era a bandeira da revolução, a bandeira da transformação social. Alguém precisou dizer que a gente estava fazendo a revolução, que cotas no Brasil é revolução. E a história está mostrando que é revolução. Possivelmente na República não haja tido um tema que tenha mobilizado tanta energia quanto a questão das cotas, a favor e contra. Então a gente começou a pensar que era legal, que era uma revolução. E a história está mostrando que é mesmo. Acho que isso é mesmo um sinal de ruptura com um certo pensamento bastante “rastaquera” e bastante precário, mal sintetizado, que é a leitura que a esquerda propunha que nós fizéssemos da realidade brasileira. Uma conquista importante é a conquista de poder dizer que não: “Há um recorte racial que vai orientar o pensamento de esquerda brasileiro e nós não concordamos com esse recorte. Nós absolutamente não nos vemos representados nesse recorte.” Então eu acho que a nossa geração deu passos, está dando passos importantes para as bases, para a edificação de um pensamento negro, porque foi capaz de romper. Mas a ruptura foi dolorosa, onerosa. A ruptura foi cara, custou caro para muita gente.

V.A. – Vamos voltar um pouquinho à trajetória individual. Nós deixamos o senhor lá no Conselho do Montoro, tendo sido chamado em São José, e aí o senhor foi fazer Direito, ou já tinha feito Direito, como foi a sua opção por Direito?

H.S. – Fui fazer. Fiquei muito tempo fora da escola, e aí resolvi voltar. Tinha uma coisa de uma avaliação que estava dedicando um tempo muito grande à coisa da militância, e aí entrei

em vários cursos e parei: comecei a fazer Engenharia e parei, comecei a fazer Pedagogia e parei. Não me identificava, achava tudo aquilo muito chato, não conseguia me identificar mesmo. E aí acabei indo fazer Direito.

V.A. – Direito, foi quando que o senhor entrou?

H.S. – Entrei em 1990.

V.A. – No mesmo ano da fundação do Ceert.

H.S. – É. Aí entrei, pronto: gostei, fiz o mestrado e o doutorado. Só parei depois que terminei o doutorado. Enfim, deu que o Direito foi chamado para questão das ações afirmativas, com o debate por ação afirmativa, o Direito foi chamado a contribuir de forma mais frequente, mais incisiva, mais substantiva para o debate sobre relações raciais no Brasil, e comecei a escrever e acabei publicando. E tenho uma militância, tenho o meu próprio escritório, tenho uma empresa da qual eu sou o sócio majoritário, uma empresa que só trabalham advogados e advogadas negras, sem preconceito nenhum, “só preto sem preconceito”. Uma forma de ação afirmativa pessoal, e tem a advocacia *pro bono* que eu faço pelo Ceert, que daí, eu escolho alguns temas, alguns casos emblemáticos que tenham um componente racial, ou de intolerância religiosa.

V.A. – Advocacia pro...?

H.S. – *Pro bono*.

V.A.- Bono? Por quê?

H.S. – É um termo latino que designa, digamos assim, advocacia...

V.A. – Sem honorários?

H.S. – É, mas mais do que isso, é... O que eu te diria sobre advocacia pro bono? É uma advocacia dos Direitos Humanos, digamos assim. Então, nessa advocacia nós não temos lá um serviço de assistência judiciária, mas eu escolho, eu tenho agora oito ações. Eu escolho casos emblemáticos que tenham componente racial ou de intolerância religiosa e o Ceert assume os casos então, e eu vou para o judiciário defender os direitos e os interesses da vítima.

V.A. – E como esses casos chegam ao Ceert?

H.S. – Das mais variadas formas.

V.A. – Deve ter caso chovendo lá, não é? Todo mundo querendo, não?

H.S. – Não. É porque a gente não anuncia. Mas tem...

V.A. – Chega e é o Ceert...

H.S. – A imprensa, amigos, enfim. É que em São Paulo tem organizações que trabalham com assistência judiciária, então a gente encaminha. Em geral, quando procuram o Ceert, a gente encaminha. Ou então, aqueles casos que eu escolho, que eu penso que são casos emblemáticos e que daí a gente assume.

V.A. – E a gente é o Ceert enquanto pessoa jurídica que defende?

H.S. – Pessoa jurídica, é. O Ceert patrocina o trabalho de advocacia em favor daquela pessoa. Um caso que eu me lembro que eu escolhi e que acabou sendo um caso bem interessante, que teve repercussão, foi um caso de uma ação que estava em curso, uma ação que foi julgada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, e que era uma ação em que pela primeira vez discutia-se uma relação de casamento, e havia a possibilidade de o judiciário se manifestar sobre a validade de um casamento feito no candomblé. E aí, um amigo, que é defensor público lá, que falou: “Olha, tem um caso aqui legal. E quem sabe o defensor público, meu colega, que estava advogando para a mulher não tope falar com a mulher para ver se você

assume o caso no lugar dele, porque isso vai dar uma outra...” E aí, acabei assumindo esse caso e pela primeira vez o judiciário reconheceu a validade do casamento feito no candomblé. Tem coisa assim. Ou então o juiz que discriminou uma advogada negra em uma audiência. Enfim, às vezes vem pela imprensa. Eu tenho hoje oito casos desse tipo. E agora tenho sido chamado obviamente também para o debate da defesa judicial das cotas.

A.P. – O senhor disse hoje na palestra, na sua fala no seminário do Ceris, que era advogado do Frei David. Eu fiquei extremamente curioso, é pessoalmente, como é que é?

H.S. – O Educafro frequentemente me chama para coisas e eu advogo para eles um problema que houve lá em Brasília para um grupo de estudantes que teve um problema lá com a polícia da Câmara. Mas enfim, é uma relação com o Educafro e não com ele, Frei David. Eu advogo para eles sempre quando têm problemas e nessa ação que está em tramitação no Supremo eu também estou advogando para eles, entre outras instituições.

A.P. – O que está tramitando no Supremo é sobre?

H.S. – É uma ação que está questionando a constitucionalidade das cotas adotadas aqui na Uerj.

V.A. – E hoje em dia o senhor também é presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo?

H.S. – Da OAB de São Paulo, desde janeiro deste ano na verdade assumimos a presidência da Comissão de Direitos Humanos da OAB, que é um espaço que eu reputo um espaço importante de intervenção na sociedade. A Ordem é uma instituição absolutamente respeitada, ouvida etc. Também porque mais na academia do que na militância, eu tenho uma proximidade muito grande com outros temas ligados aos Direitos Humanos, com a temática da mulher, com a temática da defesa dos direitos dos portadores de HIV, a questão dos direitos dos homossexuais etc. Temática indígena também. Inclusive eu cheguei a advogar um caso lá no Pará. Era um caso em que militares estupravam jovens de uma aldeia indígena. Aí, um pouco, essa proximidade acabou me permitindo assumir a presidência da Comissão de

Direitos Humanos da OAB. Acho importante também, que em uma conjuntura em que o Brasil discute a...

[FINAL DA FITA 2-B]

H.S. – É um pouco isso. Eu reputei importante a ocupação desse espaço em um momento em que esse debate chega ao Judiciário, o Direito Constitucional no Brasil nunca discutiu um tema com esse potencial de mudança de paradigmas como é o das cotas para negros. O Brasil certamente é um dos primeiros países nas Américas a adotar política de ação afirmativa. Isso vem desde os anos 1930. É preciso ser muito desavisado para dizer que nós estamos imitando uma experiência americana. O Brasil tem uma experiência própria de ação afirmativa de vários modos.

V.A. – Mas não para negros?

H.S. – Não para negros.

V.A. – Quais que vêm desde os anos 1930?

H.S. – Você tem a Lei da nacionalização do trabalho, por exemplo, que é uma das primeiras leis no primeiro ano do governo Getúlio.

V.A. – A Lei dos 2/3.

H.S. – A Lei dos 2/3. Depois teve uma cota na navegação de cabotagem, a Constituição de 1934 previu que na navegação de cabotagem, os navios deveriam ter uma cota de marinheiros brasileiros, depois a Lei do boi de 1968 que fixou cotas para filhos de fazendeiros. Mas a própria Justiça do Trabalho quando nasce em 1929 com esse conceito dito suficiente, que até hoje o empregado é visto em relação ao empregador, que facilita a defesa de certos direitos e interesses do empregado na Justiça do Trabalho. Enfim, depois com a Constituição de 1988, as cotas para portadores de deficiência, para mulheres, na verdade a discussão que o Judiciário vai fazer não é da constitucionalidade ou não das cotas, a discussão a meu juízo é do por que o sistema jurídico brasileiro tem convivido com o princípio da ação afirmativa e

ele agora passaria a ser incompatível com o sistema jurídico, tendo sido historicamente compatível. Enfim, seria divertido dizer que esse princípio tão velho na história republicana agora passa a ser problemático casualmente porque está sendo pensado para preto. A meu juízo o debate posto é esse.

Nessa conjuntura é importante que uma instituição com o prestígio, o reconhecimento, a visibilidade que a OAB tem, a meu juízo, é importante que a Ordem possa ter um papel mais proativo e se coloque efetivamente ao lado do movimento negro. Um pouco o nosso esforço na Comissão de Direitos Humanos é o esforço para situar a Ordem no campo de defesa das ações afirmativas para negros.

V.A. – Nós temos aqui um dado do seu currículo que de 1998 a 99, o senhor foi professor de Tutela Penal da Igualdade na Academia de Polícia do Estado de São Paulo. Eu achei interessante. Como foi essa experiência?

H.S. – É, eu lecionei na Academia de Polícia Civil. Foi um esforço feito por um diretor da Academia de Polícia Civil naquela época, professor Tabajara Novaes de Pinto, um grande amigo, no sentido de preparar os delegados de polícia. Porque um dos problemas que você tem na criminalização do racismo é o despreparo dos agentes policiais para lidarem com os casos de discriminação racial. Tanto que já houve em alguns estados a criação de delegacias especiais de crimes raciais. A ideia de você especializar certos agentes, equipes para lidarem, como aconteceu com as delegacias de mulheres. Os atores do sistema criminal obviamente reproduzem os estereótipos. E é óbvio que a porta de entrada da vítima na Justiça Criminal é delegacia de polícia. Mas propriamente falando é o escrivão de polícia. Então o tratamento que o escrivão dispensa à vítima ali pode definir o destino que o caso vai ter, e há uma tendência para a desqualificação do fato. Então a ideia foi, um pouco, criar um espaço de reflexão no curso de formação de delegados, que preparasse delegados para lidarem adequadamente com ocorrências envolvendo discriminação racial. E foi uma experiência bárbara porque, como eu milito no crime, eu frequentemente encontro delegados. Então eu me lembro de um fato que até ganhou uma certa visibilidade, porque os atores do filme *Cidade de Deus* estavam divulgando uma ONG que eles criaram lá em São Paulo e foram discriminados em uma loja de uma rede de supermercados. E aí me contataram e eu fui atendê-los. Cheguei na delegacia com eles e era uma delegada que havia sido minha aluna,

portanto, havia discutido a problemática racial e compreendeu o que estava posto ali e tomou todas as providências contra os acusados, enfim, a PM, os seguranças e tal. Essa é também uma preocupação que eu tive e tenho ainda um pouco, um pouco recuperar o histórico da Norma Penal no Brasil, do Sistema Penal no Brasil em relações raciais. Tem muito pouca coisa sobre crime e escravidão, que eu penso que é importantíssimo recuperar isso. Qual o significado do crime no período do escravidão e esse diálogo, que é um diálogo muito específico que o Sistema Criminal, a Justiça Criminal e os órgãos de segurança pública mantêm com a população negra. Eu até disse uma vez em uma entrevista para a *Folha de São Paulo* que a política de inclusão racial que o Brasil tinha, e de certa forma tem, é a política de inclusão penal. Porque os órgãos de segurança pública têm uma especial predileção, preferência, reserva sistemática de acesso no sistema carcerário para a juventude negra. E esse tema me interessa. Eu escrevi alguns artigos sobre isso em algumas revistas de Direito Criminal, e foi isso que, um pouco, me levou a fazer essa experiência na Academia de Polícia Civil de São Paulo e a gente está até, nesse exato instante, recuperando um pouco essa ideia de implantar uma disciplina regular de Direitos Humanos e uma outra disciplina que vai ter o nome, possivelmente, de Tutela Penal da Igualdade, para discutir a questão do racismo, mas também discutir a violência contra a mulher, a violência contra homossexuais. É uma área que eu tenho interesse, mas não tenho muito tempo para ler sobre isso, para produzir sobre isso.

V.A. – Agora, com relação ao movimento negro mesmo: o Ceert é uma entidade negra que participou, por exemplo, do Enen, do primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras? Ele se vê como tal, ou não participou?

H.S. – Tem uma questão preliminar, que é: o que é o movimento, o que é uma entidade negra? Há alguns setores que acreditam, que não é o meu caso, não me filio a essa corrente, que acredita que existe um cartório – inclusive eu não sei o endereço desse cartório – onde você passa lá e sai com um carimbo com o texto: entidade negra. Como inclusive eu não sei onde fica, se eu tivesse algum interesse em obter esse selo, eu não obteria. Mas a meu juízo, entidade negra é qualquer organização, eu diria, preferencialmente, mas não necessariamente dirigida por negros, que tenha como objetivo principal o combate ao racismo. Nesse sentido, o Ceert é uma entidade do movimento negro mesmo não tendo participado do Enen, por

exemplo. Segundo, o movimento negro é um movimento social com variadas formas de expressão, de linguagens, plural, nada monolítico, mas que por outro lado tem sido capaz sempre que ele estabelece consensos, tem sido capaz de ser vitorioso: o consenso do resgate de um herói negro; o consenso da fixação de uma data nacional, inclusive com feriado; o consenso em torno do papel da escola como instrumento de reprodução do racismo; o consenso em torno da necessidade da criminalização... Então essa coisa multiforme, multifacetada e aparentemente inorgânica, é capaz de, em momentos cruciais, estabelecer agenda, metas comuns. E todas as vezes que o movimento negro elegeu uma meta ele foi vitorioso. Então, durante algum tempo eu me preocupava muito com essa coisa da conformação do movimento negro no Brasil, e hoje continua me preocupando. Mas menos no sentido conceitual. O que me parece importante, e sempre quando eu posso, eu falo sobre isso, é que a minha geração, exatamente pelo que ela foi capaz de acumular em termos educacionais, tem a responsabilidade de instituir uma organização negra nacionalmente enraizada, capaz de, minimamente, galvanizar essa energia chamada entidade de movimento negro, que na periferia de São Paulo você vai encontrar em grupos de rap, vai encontrar em grupos de jovens negros, vai encontrar em terreiros de candomblé, enfim, vai encontrar em grupos de pagode, vai encontrar em grupos religiosos católicos, evangélicos, agora esses dias, eu que sou Ogã de Oxum, eu que sou de candomblé, fui fazer uma palestra para um grupo que está formando o movimento negro evangélico, compreendeu?

Então, o meu temor é que nossa geração – e eu vou morrer com um sentimento de derrota – se nossa geração não for capaz de criar uma organização que galvanize isso e que minimamente direcione essa energia. A meu juízo pode parecer vergonhoso que nos anos 20 do século passado quatro negros que não tinham o primeiro grau, não tinham formação básica, mal falavam o português, não tinham articulação internacional, não tinham Internet, não tinham financiamento internacional, criaram uma organização chamada Frente Negra Brasileira enraizada em vários Estados, com mais de oito mil filiados no país inteiro; se a nossa geração não for capaz de criar alguma coisa que tenha pelo menos o poder de fogo que a Frente Negra teve, nós seremos derrotados. Essa é a minha avaliação. É o desafio da organização negra a meu juízo. E o desafio de disputar o voto racial, disputar o poder. Aí tem um salto, eu entendo, que é o salto da periferia da estrutura política para o centro de decisão. Eu sempre digo que o meu esforço, quando eu fui para a academia e o esforço que eu faço para estimular um pouco as pessoas que trabalham... se vocês me perguntassem como é que

eu me definiria, eu me definiria talvez como um bom divulgador do movimento negro, um bom propagandista do movimento negro, mas o meu esforço é que a população negra assuma o poder. Eu quero e eu trabalho para que a população negra, para que o povo negro assuma o poder. A cota na universidade é importante porque vamos formar uma elite, mas não me parece razoável que possa haver um grupo com maior legitimidade do que a população negra no Brasil para reivindicar o exercício do poder. Então esse é o meu combustível, digamos assim. É para isso que a gente trabalha. E acho que isso vai passar, no curto prazo, pela disputa do voto racial. Você teve em São Paulo e em outros lugares nos 1960 e 70 negros que foram eleitos com o voto racial. Não me parece razoável que com tudo isso que o movimento negro fez ao longo desses 25 anos, nós não estejamos explorando o voto racial.

Enfim, eu acho que o desafio é o desafio da organização, e o salto qualitativo vai passar pela capacidade de construir uma organização nacional e pela capacidade de testar por meio do voto a legitimação, ou a sustentação social ao nosso discurso. Que nós temos alguns sinais. Por exemplo: a inexistência de uma única pesquisa de opinião pública, mesmo que fosse do instituto mais mambembe, a inexistência de uma única pesquisa indicando que a maioria da população brasileira seria contra as cotas, já me parece, por presunção, de que há uma aceitação social ao nosso discurso, eu dizia da questão do corpo e tal. Mas eu acho que o voto vai ser a demonstração mais explícita e direta da capacidade que a gente teve de enraizar socialmente a consciência racial, a consciência negra.

V.A. – Eu queria saber se essa organização é um partido político?

H.S. – Não. Essa organização é uma frente, eu chamaria de frente, que possa canalizar, digamos assim, com alguma organicidade essa pluralidade de organizações que você tem hoje no interior, nos lugares mais inimagináveis desse país, nos lugares de acesso mais difícil nesse país. Você chega lá e tem uma organização negra lá.

V.A. – Mas e a Conen⁴?

H.S. – Você tem um conjunto de entidades do movimento negro.

⁴ Coordenação Nacional de Entidades Negras.

V.A. – Mas tem uma coordenação nacional.

H.S. – A Conen é uma entidade do movimento negro. Mas a reivindicação para ser...

V.A. – Ela não é ainda essa frente?

H.S. – ...Uma frente que agregue, que galvanize, que conte com o respaldo dos setores mais sérios, mais consequentes do movimento negro, nós não temos uma organização, a meu juízo, com esse perfil. A Conen é mais uma entidade negra que eu respeito etc., mas não tem... ela agrega e mobiliza uma parcela muito bem definida da militância. Quando eu falo de organização, falo de uma organização nacional. Falo de uma frente que seja capaz de agregar o que nós temos de melhor, o que nós temos de mais atuante, de mais consequente.

V.A. – Porque em princípio a Conen surgiu desse Encontro Nacional de Entidades Negras e ela seria uma coordenação nacional que agregaria todas as entidades, mas o senhor acha que não acontece assim?

H.S. – Não. Há uma proposta que eu tenho notícia dela às vezes, há uma pretensão não só da Conen, mas também de outras organizações, no sentido de serem um fórum representativo das mais importantes correntes de ação política ou de ação contra o racismo no Brasil. E é legítimo que elas tenham essa pretensão. Mas do lugar onde eu vejo, eu não identifico uma organização com esse poder. Porque a primeira pergunta que você tem que responder, e aí a meu juízo é um dos problemas, não são só flores, nós temos um problema de interlocução, um problema real de interlocução. Hoje qualquer indivíduo põe um terninho, uma gravatinha, uma pasta 007, vai para Brasília e ele diz que é militante do movimento negro. Nós somos um movimento negro absolutamente pujante por um lado e absolutamente frágil por outro. Temos um problema grave de interlocução: quem fala? Quem expressa? Quem sintetiza? Quem representa? Essa é uma fragilidade.

V.A. – Continua aquele problema de delegar?

H.S. – Não. Eu acho que agora o problema é que a complexificação criada, que nós próprios contribuimos para ela, que por um lado é acúmulo, conquista, eficácia etc., mas por outro agora você tem que decidir, você ocupa espaços de crescente importância etc. Exige uma organicidade ou um mínimo de organicidade, não mais no plano local daquela organização, mas agora no plano nacional. É um desafio você pensar em uma delegação no plano nacional. De natureza bem diferente daquele desafio da organização que não tinha uma estrutura vertical. Tem um exemplo que eu sempre utilizo, que me parece indiscutível: a luta contra o racismo no Brasil andou mais rápido do que a organização. Se você perguntasse para qualquer militante do movimento negro há dez anos atrás, dissesse: “Daqui a dez anos vamos estar implantando cota para preto na universidade.” O cara ia falar para você assim: “Fala sério comigo. Isso é uma piada.” Então, nós fomos um pouco nos apercebendo do poder real que a nossa ação política, menos por qualquer planejamento prévio e mais pelo que a gente foi apreendendo, descobrindo no cotidiano. Então a proposta de ação afirmativa, por exemplo, não resultou de nenhum planejamento adrede, calculado, planejado e tal. A gente ousou propor e um conjunto de fatores contribuiu para que isso emplacasse. Mas não é razoável que a luta ande mais rápido do que a organização. Você tem que ter uma organização capaz de dirigir, de gerir, digamos assim, esse novo momento. E a meu juízo, um momento absolutamente rico, em que nunca se discutiu tanto o tema do racismo. Mesmo a mais conservadora das instituições, ou o mais conservador das três esferas de poder, que é o Judiciário, está tendo que se debruçar sobre isso. E, portanto, agora a delegação vai ter que ser pensada a nível nacional e não mais local, como era o desafio dos anos 1970, dos 1980.

V.A. – Vamos falar um pouquinho daquele vídeo do Ceert, que o senhor ia contar a história de como foi feito?

A.P. – *Vista minha pele.*

H.S. – Tem mais a ver com Cida. Cida é psicóloga e os psicólogos têm várias pretensões muito interessantes. Uma delas é não ter tanto compromisso com um recorte só, com um olhar, e de pensar a relação. O psicólogo sempre se interessa muito pela relação. Então a ideia acabou sendo de mudar a perspectiva e discutir qual é o impacto para o equilíbrio, para o bem-estar emocional, psíquico, para uma jovem de 15 anos em uma escola em que ela é

minoritária, em uma escola em que ela não seria jamais a rainha de qualquer coisa, que na quadrilha ela nunca seria a noiva, que a professora nunca dá a bolsa para ela carregar no final da aula, enfim, todas essas experiências cotidianas do racismo. A ideia em que se deteve foi inverter os papéis, e daí o título *Vista minha pele*, para que um pouco o branco possa refletir do significado de violência, do componente violento que certas práticas no ambiente escolar tem, mas que são tidas como naturais, que são consideradas como normais. Então essa é um pouco a proposta do vídeo. Uma proposta para que o branco reflita sobre ele próprio. Eu acho também que é uma perspectiva nova que elite intelectual negra traz para compreensão do problema das relações raciais no Brasil e, portanto, para os termos da ação política do movimento negro, é que o branco aparentemente sempre foi o grande ausente do fenômeno das relações raciais. Enfim, que o branco é branco, que o branco é cor e que isso se traduz em privilégios simbólicos, materiais etc., enfim, nós queremos estudar o branco brasileiro, compreender o branco, o que os brancos comem, o que eles faziam durante o período do escravismo, não necessariamente como é que eles fazem sexo e tal. Porque, na verdade, as ciências sociais no Brasil, não vou dizer só a Antropologia para não ferir suscetibilidades, mas o problema é que parece que o problema racial no Brasil sempre foi um problema dos pretos. Florestan Fernandes, por exemplo, foi um aliado importantíssimo da luta contra o racismo, vai escrever um livro em que ele vai dizer que a escravidão teria deformado o negro brasileiro, teria incapacitado o negro brasileiro para se integrar socialmente, anomalia social, a anomia social, a coisa da disputa... a crítica a certas práticas que ele entendia que eram incompatíveis com a ideia de família. Mas o que é interessante é que o Florestan, que era um marxista, não vai pensar na possibilidade de que a escravidão pode ter deformado o branco brasileiro. E você vê, hoje há uma reação branca a ação afirmativa no Brasil.

Acho que o debate sobre ação afirmativa tem duas coisas interessantes. Primeiro: ela tira a branquitude do armário. A branquitude como um movimento político absolutamente articulado, organizado, gera a economia, a política e as comunicações desse país com tranquilidade, vai botando as manguinhas de fora, digamos assim. Isso aparentemente tensiona mais as relações, porque até hoje quem foi para o microfone, quem foi para o debate público foi, digamos assim, – se eu for pensar a negritude como a antítese da branquitude – foi a negritude. Agora não, agora o branco foi chamado para o debate público para ele dizer o que ele pensa das relações raciais.

V.A. – Está sendo chamado?

H.S. – Está sendo chamado. Está sendo forçado na verdade, porque o debate sobre ação afirmativa força o branco a se manifestar. E a gente começa a constatar que é tudo muito precário, o pensamento é muito primário, um senso comum muitas vezes...

[FINAL DA FITA 3-A]

V.A. – É que a gente não explicou que isso aqui vai madrugada adentro.

H.S. – A minha mulher é braba.

V.A. – Imagina... O senhor estava falando que agora o branco está sendo chamado, obrigado a se manifestar. E que é muito ralo tudo que ele fala a respeito das relações raciais.

H.S. – É muito superficial. Mas eu acho que alguns estão querendo um tensionamento. Não. É bárbaro que as relações sejam mais honestas e que as coisas sejam ditas. Uma vez alguém me perguntou se eu estava fazendo a defesa da segregação racial porque eu fiz a seguinte afirmação: “Você está em um determinado espaço no planeta em que você não constitui uma pessoa. A sua cultura não é reconhecida como tal e na cultura dominante você não cabe nela.” Você pode pensar poucas situações mais embrutecedoras do que essa. É o limbo que o Caetano fala, não sei se no *Haiti*. É o limbo existencial. A segregação, de toda sorte, obriga o grupo a se fortalecer como grupo. Então o grupo vai criar referências, o grupo vai se empoderar. Essa é a primeira característica, digamos assim, da crueldade do modelo brasileiro de relações raciais. Parte do produto do que o branco construiu nesse país. A outra é que três meses após o fim da Guerra de Secessão, confederados derrotados na Guerra criavam a Ku Klux Klan, com um discurso abertamente racista e dizendo objetivamente que não queriam os pretos na América, como eles tratam o país deles. Então você tem a possibilidade de negociar direitos quando o discurso é posto dessa forma. Muito diferente daqui, que você diz: “Eu joguei bola com...” O cara até fala quando está só entre homens: “Eu adoro uma negrinha. Adoro uma mulher preta.” Então, esse limbo, cuja síntese, uma das mais acabadas sínteses, a meu juízo, está na marchinha famosa do Lamartine Babo.

V.A. – Do cabelo?

H.S. – É. “O seu cabelo não nega mulata / porque és mulata na cor / mas como a cor não pega / eu quero seu amor” Então, essa ambivalência que da mulata eu só quero... o que eu quero dela? Eu só quero uma parte sua. Tem uma parte sua que eu desejo e tem outra que eu repilo. Essa ambivalência, o vigor desse debate sobre ação afirmativa vai explicitando essa ambivalência. É uma pessoa da família muito querida se você é uma empregada doméstica dócil, subserviente. Mas para ser o professor de Direito Constitucional, que é uma disciplina de elite no currículo de Direito, aí já é mais complicado.

V.A. – O senhor foi na Universidade Bandeirante de São Paulo, não foi?

H.S. – É. Mas sou professor, na verdade, agora na Universidade Metodista. Mas você pode na beira da praia ser chamado, um cara achar: “Esse negão é bom de pagode. Vou chamá-lo aqui para fazer um pagode e tal.” Mas você já não vai poder morar no mesmo bairro, a sua presença no mesmo restaurante... Essa ambivalência, eu acho que vai sendo trazida à luz com o debate sobre ações afirmativas. Eu acho que nesse sentido o debate sobre ação afirmativa civiliza, humaniza, talvez a melhor expressão seja: humaniza mais as relações. Torna o modelo menos embrutecedor. Eu acho que é bárbaro que os brancos possam ter um projeto. Acho legítimo que eles defendam seus interesses, como acho absolutamente legítimo que o povo negro defenda os seus interesses. E é assim que você negocia direitos. Com as mulheres é assim. As mulheres desnudaram um componente machista do comportamento masculino, as práticas dentro de casa. E hoje os homens, alguns, uns por imperativo categórico, outros por imperativo hipotético; uns temendo a punição, outros porque acreditam que... Enfim, estão reconstruindo a relação em novas bases. Eu acho que a proposta da ação afirmativa é essa. Mas o que tem de novo é isso: ela está pondo o branco, está desnudando o branco. Um pouco o que eu disse hoje: está deixando o branco nu, para fazer uma homenagem a Marx, o branco está ficando nu.

Então acho que isso é uma das contribuições mais interessantes que o movimento negro, digamos assim, traz para a discussão sobre democracia.

V.A. – O tema do doutorado que é sobre a liberdade religiosa vai mais nesse sentido do candomblé, essas coisas?

H.S. – Não. O tema é mesmo porque não havia nenhum trabalho, nenhuma monografia, havia alguns artigos, mas nenhuma monografia no Direito sobre liberdade de crença. E aí eu acabei me interessando por isso, mas não tem nenhum viés religioso no trabalho. É um trabalho nessa área do Direito Constitucional porque , em geral, essa matéria é uma matéria disciplinada pelas constituições.

V.A. – O senhor chegou a ir à Durban, à Conferência que estava se debatendo hoje?

H.S. – Não. Não fui.

V.A. – Mas foi a Santiago?

H.S. – É, fui. Eu rompi com o comitê porque o Fernando Henrique criou lá um grupo preparatório da participação brasileira. E era um grupo paritário, era para ser um grupo bipartido, bipartite, com representação do governo e da sociedade civil. Então fui chamado lá, como possível representação da sociedade civil. Aí teve um debate, eu fui o relator do texto do documento que o Brasil apresentou lá, mas houve uma conferência aqui no Rio de Janeiro e eu fui contrário. Primeiro eu fui contrário aqui...

V.A. – Mas essa do Rio foi antes de Santiago?

H.S. – Foi depois.

V.A. – Depois de Santiago?

H.S. – É.

V.A. – Então o senhor foi o relator lá em Santiago?

H.S. – Não. Eu fui o relator do documento que o Brasil apresentou na África do Sul. Esse grupo, que era um grupo que tinha uma participação ampla, tinha o Sobel, Zezé Motta, Benedita da Silva, Hélio Santos, o bispo Dondilho, aquele bispo negro lá do Rio Grande do Sul, a Estela do Afonjá, a Azelene Kaingang, essa liderança indígena, enfim, eram vários segmentos. Uma representação do movimento dos homossexuais aqui do Rio de Janeiro, mas desde o início esse grupo me designou relator do grupo. Então os documentos, eu que tinha o papel de sistematizar. Então, muito embora eu tenha rompido, eu cumpri até o final a tarefa de fazer o relatório. Mesmo porque o relatório me interessava. Até porque o relatório expressou boa parte daquilo que o movimento negro entendia que era mais importante. Inclusive as cotas, que foi no que a mídia mais se fixou. Quem leu o documento que o Brasil levou para a África do Sul vai ver que tem um monte de proposição. Mas a mídia destacou cota na universidade. Para nós foi bom inclusive. Olhando com o olhar de hoje, não foi tão ruim, foi bom. Mas, primeiro eu não queria que a conferência fosse realizada aqui no Rio de Janeiro, porque não me parecia razoável. Todas as outras conferências regionais que eu acompanhei aconteceram nas capitais dos países. Nas capitais dos países porque eram iniciativa governo-sociedade civil. Portanto eu queria que a conferência fosse realizada em Brasília. Essa foi a primeira questão. Segundo, que o que deveria ser uma conferência do Brasil virou uma conferência do movimento negro brasileiro. De maneira que o governo federal mandou para a conferência do Rio de Janeiro o ministro da Cultura à época, professor Francisco Weffort, para dizer que o problema racial era um problema secundário no Brasil. Que eu entendi como uma afronta ao movimento negro. Então eu rompi com o grupo governamental, terminei a minha tarefa de fazer o relatório e entendi que já teria dado a minha contribuição para os debates. Mais de 500 brasileiros se preparando para ir para a África do Sul, vi que a minha presença era absolutamente dispensável, de maneira que eu não fui para a África do Sul. E a *Folha de São Paulo* dá um destaque para isso. Causou um certo desgaste para o governo a minha saída, que alguns inclusive atribuem que essa saída, de alguma forma, sensibilizou alguns segmentos para a necessidade de implantar ação afirmativa. Porque o que eu dizia era que não fazia sentido o Brasil ir para a África do Sul defender no documento lá, políticas de ação afirmativa, sem ter uma política de ação afirmativa aqui. Que bacana ir lá dizer para os africanos, enfim, para os negros da diáspora, que era legal ter política de ação afirmativa e aqui em casa você não tinha nada sobre isso.

Então eu acabei rompendo e não fui para a África do Sul. Eu fui representado lá por vários companheiros, por 500 brasileiros que lá estavam, a maior delegação.

Mas reconheço parte do documento brasileiro na declaração na África do Sul, e que foi um trabalho coletivo na verdade. Não foi um trabalho individual, foi um esforço coletivo.

V.A. – O senhor falou que a sua irmã ainda mora em São José no mesmo bairro. E o seu irmão?

H.S. – Em São Paulo.

V.A. – A partir de 2000 ele passou a militar no movimento negro?

H.S. – Desde 1990 que ele se engajou. E hoje dirige lá... a prefeitura de São Paulo tem um órgão para cuidar da temática racial, chamado Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra e ele então é o dirigente dessa organização.

V.A. – Qual é o nome dele?

H.S. – Edimar Silva.

V.A. – E a Edna?

H.S. – A Edna é educadora e dirige atualmente a escola em que nós três estudamos lá no mesmo bairro em que a gente foi criado. Os três acabaram, de alguma forma, indo para a Educação. Embora eu sempre diga professor de Direito é *cover* de educador, porque nossos métodos são giz e saliva.

V.A. – Cuspe e giz.

H.S. – Cuspe e giz, e também porque você não encontra ninguém com dedicação exclusiva, pouca gente na verdade. O magistério é uma atividade entre outras. Meu irmão faz o

mestrado em Sociologia e também leciona nessa atividade. E minha irmã fez Pedagogia e depois Matemática, ainda tem projetos de fazer pós-graduação, essas coisas.

V.A. – Os pais estão vivos?

H.S. – Não. Minha mãe morreu já 21 anos atrás.

A.P. – Falando sobre Educação, o senhor poderia falar um pouco para a gente o que você acha sobre a importância da Lei 10.639, que institui o estudo de História e Cultura Afro-brasileira no currículo?

H.S. – Se vocês pegarem a produção legislativa, inclusive tem um livro em que eu compilo várias leis publicadas no Brasil sobre a temática da discriminação, e a produção acadêmica até alguns anos atrás, e o discurso corrente no movimento negro, a questão da educação sempre ocupou um papel central. Certamente derivado do fato de que havia uma reivindicação de mudança no padrão das relações, mudança na forma das pessoas encararem a diversidade. Então essa temática da Educação sempre foi muito cara ao movimento negro. Essa reivindicação, que na verdade já estava na Constituição de 1988, a ideia da História da África. Agora o desafio, a meu juízo, você tem uma lei que alterou a LDB, inclusive eu tenho chamado a atenção das pessoas para isso, na verdade o ideal seria as pessoas dizerem a LDB alterada pela Lei 10.639, porque senão dá a impressão de que a Lei 10.639 é uma Lei autônoma em relação à gestão do sistema educacional. Se tem algumas leis que são importantes na gestão do sistema educacional, você tem o Estatuto da Criança e do Adolescente, a LDB e o Plano Nacional de Educação, e a Lei 10.639 alterou dois artigos da LDB.

V.A. – Quais os dois artigos que ela alterou?

H.S. – Artigos 23 e 26.

V.A. – Mas qual é o conteúdo?

H.S. – O conteúdo original eu não me recordo, mas ela incluiu essa previsão do ensino da História, Cultura... E o outro é uma data de promoção de atividades na semana de consciência negra, uma coisa assim.

V.A. – Mas ela alterou, mudou outras coisas que havia na LDB? Não entendi.

H.S. – Então, essa é a primeira consideração.

V.A. – O conteúdo da Lei 10.639 eu sei, mas eu queria saber como que ela alterou a LDB.

H.S. – Essa é a primeira consideração. A primeira consideração é que a estrutura, a técnica legislativa, a técnica redacional da LDB, é a divisão pelos sistemas educacionais. Então a ideia que a LDB descreve os objetivos da educação nos sistemas educacionais, enfim, educação especial, educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio, educação superior, alfabetização de adultos. Então a Lei 10.639 vai lá e altera dois artigos: uma parte de um conjunto de aproximadamente 100 artigos que é o que a LDB tem. Então você tem a impressão de que trata-se de uma reivindicação voltada para que sejam incorporados os elementos da História da África, dos africanos no Brasil, dos afro-brasileiros na disciplina História, quando na verdade a reivindicação que o movimento negro sempre teve era: os conteúdos e as práticas pedagógicas no Brasil precisam dialogar com a diversidade racial. Esses dias eu estava falando, não sei com quem eu estava falando, que a palavra obá em Ioruba, obá é rei mas também é uma orixá feminina, então a pessoa me perguntou: “Será que tem a ver com oba?” A pessoa dizer: “Oba!” expressando satisfação com alguma coisa. Eu disse: “Não sei.” Mas aquele advogado e sambista aqui do Rio de Janeiro...

A.P. – Nei Lopes.

H.S. – O Nei Lopes fez um trabalho que certamente poderia inspirar várias outras pesquisas falando sobre a africanização do português que nós falamos, ou seja, a herança... Certamente a disciplina de Língua Portuguesa pode dialogar com a diversidade, para usar um exemplo mais banal. Então você tem esse primeiro problema: parece que a reivindicação era o negócio... quando a reivindicação sempre foi preparar a escola pública e o ensino privado no

Brasil para dialogar com a diversidade. Estancar a hostilidade racial que as crianças e adolescentes enfrentam em sala de aula, a violência racial que frequentemente vitimiza adolescentes e crianças negras na escola pública e também na escola privada. E o cara vai reduzir isso a História da coisa da África, primeira coisa. Segunda coisa: que a política pública, a Lei é, ao contrário do que muita gente pensa, o prenúncio da política pública, porque se você fizer uma carta hoje para o Ministério da Educação perguntando o seguinte: “Doutor ministro, quanto vossa excelência reservou no seu orçamento de 2005 para capacitar educador, para distribuir material para educador, a TV escola?” É como se a reivindicação estivesse descolada da gestão da Educação. E mais: como se estivesse discutindo conteúdo de uma disciplina, quando na verdade a reivindicação não é nem discutir a escola como equipamento público, é discutir a gestão do sistema educacional.

Então, sem dúvida nenhuma, representa um avanço. Agora, qual é o problema? Não tem concreção no cotidiano. A Lei foi a segunda Lei sancionada pelo presidente Lula. Portanto a Lei vai completar agora dois anos e volto e repetir: não sei qual a resposta que o MEC daria para pergunta sobre qual o orçamento destinado para a implementação da Lei. Então eu tenho chamado um pouco a atenção do movimento negro para a importância de um trabalho mais cuidadoso de acompanhamento dessas iniciativas. Porque o problema é que a ineficácia de uma Lei como a Lei 10.639 – eu não estou dizendo que ela é ineficaz, estou dizendo o risco da ineficácia – é que ele não desmoraliza o presidente que sancionou a Lei, nem a deputada que apresentou o projeto de lei, ele desmoraliza o movimento que é quem reivindicou a apresentação daquele projeto de lei. Então você tem avanço, há o reconhecimento de que o sistema educacional precisa mudar, é o reconhecimento de que o sistema educacional precisa dialogar com a parcela negra do alunado, da clientela da escola pública, sobretudo, no Brasil. Mas do ponto de vista da eficácia, da concreção, da materialização, a Lei não chegou na escola. Até um pouco o que eu dizia há pouco, que é uma certa resistência que é silenciosa, que não se manifesta, que não assume, mas que é eficaz: o Congresso aprova uma Lei, o executivo, como o próprio nome diz, o papel dele é executar. Executar o quê? Executar a Lei. Aí você vai perguntar: “Quanto da Lei está sendo executado?”

Agora, um pouco, eu tenho visto aí a Seppir com uma proposta de fazer seminários, de mobilizar outras esferas de governo para poder implementar a Lei. Mas na verdade é o seguinte: o que eu acho é que é preciso um acompanhamento mais passo-a-passo, mais

amiúde, mais sistemático do movimento negro em relação à essas conquistas no plano institucional, para que elas, inclusive, não acabem tendo um resultado contrário aos nossos interesses. Porque também se você não treina, não capacita, não subsidia a professora lá do interior do Piauí, pode ser que o tratamento que ela dê aquilo seja um tratamento completamente diferente do tratamento que a gente espera que seja dado. Esse é um desafio também: como é que a sociedade civil pode controlar melhor o Estado? Não é um problema do movimento negro, isso é um problema da sociedade civil. Você vai lá, reivindica a Lei, o cara fala: “Está bom, a lei está aqui.” E aí? E depois? Esse é um problema.

V.A. – A gente sempre pede para as pessoas, nossos entrevistados, dado o adiantado da hora e dado a sua esposa estar lhe aguardando, que faça um balanço final assim desde 1979 quando o senhor encontrou o Moisés, até hoje. Um balanço sobre o movimento negro, as conquistas, as limitações, a gente já conversou bastante sobre isso aqui também, mas um pouco...

H.S. – Eu penso que já terei feito essa síntese. O que eu sou como pessoa eu devo à minha família e ao movimento negro, à militância contra o racismo. O meu compromisso é com o povo negro. Meu compromisso é com uma menos injusta distribuição de oportunidades e de renda etc., uma forma de organizar a vida em sociedade menos violenta do ponto de vista racial. E eu disse, eu certamente sendo absolutamente suspeito para falar o que eu vou dizer, digo que o movimento negro é um dos movimentos mais promissores desse país, que passa por uma etapa de maioridade, talvez de atingimento da maioridade, que custa muito porque os desafios e as responsabilidades são maiores. Que precisa, urgentemente, ser capaz de gerenciar as oportunidades que criou como organização, como interlocutor de uma demanda social. Mas sou absolutamente otimista. De 1979 para cá os saltos foram extraordinários. Sobre todos os pontos de vista o Brasil mudou. Eu disse um dia desse em algum lugar que o movimento negro está botando pobre na universidade pública e japonês na publicidade. Porque como o cara não quer que entre preto na universidade ele acaba falando: “Tem que colocar pobre.” Então pelo menos os pobres estão entrando, graças ao movimento negro! Porque o vestibular existe, com essa formatação mais ou menos que está aí, desde 1915. Parece que sempre funcionou muito bem obrigado até o movimento negro dizer que queria cota para preto, aí: “Tem um problema de exclusão social...” Ontem até a *Folha de São Paulo*

fez um editorial defendendo o fim do vestibular no Brasil. Estava indo bem até o momento de reivindicar cota, agora parece que é um problema o vestibular.

Eu acho que esse potencial transformador que o movimento negro tem é bárbaro.

V.A. – Eu não entendi a história do japonês.

H.S. – E o japonês na publicidade porque o cara fala assim – é uma discussão que eu sempre falo que o cara fala assim... Não havia naquele lugar discussão sobre discriminação. Aí se chega alguém e diz assim: “Eu quero discutir a discriminação racial.” O cara fala: “Então está bom. Então nós vamos discutir também a discriminação contra os gordos, contra os sem-piscina, contra os sem-carro importado, inclusive contra os sem-memória, que não se lembram mas se já se reuniram alguma vez e se se reuniram, qual seria o objetivo deles.” A ideia do trem dos discriminados. Então já que vai entrar preto na publicidade também tem que entrar um japonês, e eles nunca nem reivindicaram isso.

V.A. – Na publicidade?

H.S. – Na publicidade.

V.A. – Agora entendi.

H.S. – Você pega um cartaz e tem lá um japonês: “Já que é para por preto, também tem que colocar o japonês.” Falta os indígenas na publicidade. Então parece que nossas reivindicações têm esse...

[FINAL DA FITA 3-B]

H.S. – ...Um debate vitorioso, ele já... se o debate sobre cotas não fosse um debate vitorioso, ele já teria valido a pena por pôr em discussão a exclusão dos pobres na universidade brasileira. Porque até então parecia que não havia exclusão na universidade brasileira. Que era uma instituição incluyente por natureza, por excelência. Então, desse ponto de vista, não é... o que a esquerda dizia para o movimento negro: “Não. Vamos primeiro acabar com a

pobreza, depois a gente acaba com o racismo.” Parece que a história está demonstrando o contrário, porque a luta contra o racismo pode inclusive ajudar a acabar com a pobreza. Digamos assim, Marx daria algumas voltas lá no túmulo dele se por acaso alguém dissesse que o fantasma que ronda a América era a luta contra o racismo. Porque de fato, nessa questão especificamente da universidade, os pobres estão entrando para a universidade no Brasil.

V.A. – Então acho que está perfeito, não é isso. O senhor quer falar mais alguma coisa?

[FINAL DO DEPOIMENTO]